por sinal

ANO 14 ■ Nº 47

REVISTA DO SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

AGENDA 2015

RESISTIR PARA NÃO PERDER

COM A PALAVRA, ANTÔNIO AUGUSTO QUEIROZ, DIRETOR DO DIAP

PS47_layout_v17.indd 1 2/12/15 3:56 PM

PS47_layout_v17.indd 2 2/12/15 3:56 PM

Tempo fechado, com nuvens carregadas

Ao inaugurar seu segundo mandato, depois de uma acirrada disputa eleitoral, a presidente Dilma tem pela frente sérios desafios: arrumar a casa, do ponto de vista da economia, propondo os ajustes possíveis; desmontar um esquema de corrupção gigantesco, entranhado numa das principais empresas de petróleo do mundo, a Petrobras, para garantir sua sobrevivência e resgatar sua excelência; negociar com um Congresso hostil, de perfil mais conservador, sem contar com uma base de apoio que lhe dê sustentabilidade política de fato.

Diante de um cenário tão cheio de incertezas, o que os servidores podem esperar do novo governo e do Congresso Nacional? O que fazer para enfrentar os difíceis anos que vêm pela frente, já anunciados como desfavoráveis aos trabalhadores e, em particular, aos servidores? Como construir uma agenda positiva, que permita resistir e ao mesmo tempo avançar, defendendo direitos adquiridos e conquistando novos direitos?

São essas as questões principais que a **Por Sinal** discute nesta edição, abordadas sob diferentes ângulos. Na reportagem "Onda conservadora ameaça conquistas", por exemplo, trazemos para o debate a lei de greve para o servidor público, discussão paralela e indissociável com a negociação coletiva e a regulamentação da Convenção 151 da OIT. Sobre a agenda do Sinal para 2015, a campanha salarial é o grande desafio. Para enfrentar a realidade de conduzir uma campanha vitoriosa, num momento de grande aperto nas contas públicas, o Sindicato propõe uma estratégia de luta unificada, reunindo todas as entidades dos servidores federais. Sem essa unidade, será muito difícil pressionar o governo e o Congresso. Este assunto também foi explorado na entrevista com o diretor do Diap, Antônio Augusto Queiroz, que acompanha de perto, há muito tempo, a movimentação e o funcionamento da Câmara e do Senado.

A respeito da corrupção que assola o país, abordamos o assunto em dois textos. Na reportagem "As armas do Estado contra o crime", levantamos as condições de trabalho dos órgãos responsáveis por prevenir, fiscalizar e combater as práticas ilícitas no país, mostrando que a falta de recursos e de pessoal têm ameaçado a qualidade e a eficiência desse trabalho. Em artigo sobre a reforma política, o diretor de Relações Externas do Sinal, Luis Carlos Paes de Castro, complementa e enriquece a discussão sobre a corrupção, levantando a questão do financiamento das campanhas políticas.

Por fim, um assunto recorrente e que não poderia faltar: a defesa de um Banco Central mais perto da população, com presença expressiva no território nacional, a grande inspiração da 25ª Assembleia Nacional Deliberativa (AND) do Sinal, realizada em Manaus. No evento, veio à tona outra questão, também de responsabilidade do Banco Central, tratada nesta edição: por conta do pacote de cortes adotado pela instituição no ano passado, que resultou na diminuição de encomendas de cédulas à Casa da Moeda, está faltando troco na praça, problema detectado pelo comércio em todo o país.

O ano começa, enfim, com previsões nada otimistas. É hora de nos juntarmos, em torno de nossos direitos.

PS47_layout_v17.indd 1 2/12/15 3:56 PM

CONSELHO NACIONAL
BIÊNIO 2013/2015

Presidente
Daro Marcos Piffer
Belém
José Flávio Silva Corrêa
Brasília
Anderson Heringer Werner
José Ricardo da Costa e Silva
Josina Maria de Oliveira
Max Meira
Belo Horizonte
Mauro Cattabriga de Barros
Curitiba
Ivonil Guimarães Dias de Carvalho
Fortaleza
Uverlan Rodrigues Primo
Porto Alegre
Gustavo Diefenthaeler
Recife
Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes
Rio de Janeiro
Cícero Ricardo Máximo Bezerra
João Marcus Monteiro
José Vieira Leite
Sergio da Luz Belsito
Salvador
Epitácio da Silva Ribeiro
São Paulo
Aparecido Francisco Sales
Natalino Yoshimi Sakamuta
Paulo Lino Gonçalves

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL
BIÊNIO 2013/2015

Presidente
Daro Marcos Piffer
Diretor Secretário
Epitácio da Silva Ribeiro
Diretor Financeiro
Luiz Carlos Alves de Freitas
Diretor Jurídico
Jordan Alisson Pereira
Diretor de Comunicação
Gustavo Diefenthaeler
Diretor de Assuntos Previdenciários
Sérgio da Luz Belsito
Diretor de Relações Externas
Luis Carlos Paes de Castro
Diretor de Estudos Técnicos
Eduardo Stalin Silva
Diretor de Assuntos Intersindicais
Iso Sendacz
Diretor de Qualidade de Vida
José Vieira Leite

EXPEDIENTE ANO 14 NÚMERO 47 JANEIRO/FEVEREIRO 2015

Por Sinal
Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial
Alexandre Wehby, Aparecido Francisco de Sales, Daro Piffer,
Edil Batista Junior, Eduardo Stalin Silva, Gustavo Diefenthaeler,
José Vieira Leite

Secretária: Sandra de Sousa Leal
SCS Quadra 01 – Bloco G sala 401 – Térreo
Ed. Baracat – Asa Sul – Cep 70.309-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3322-8208
nacional@sinal.org.br
www.sinal.org.br

Redação
Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti
(Letra Viva Comunicação)
Reportagem: Paulo Vasconcellos e Jefferson Guedes
Diagramação: Tabaruba Design
Ilustrações: Claudio Duarte
Impressão: Sol Gráfica
Tiragem: 8.000
Assessoria de Comunicação do Sinal Nacional: Rapport.
www.rapportcomunica.com

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.
O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos artigos assinados.

PS47_layout_v17.indd 2 2/12/15 3:56 PM

NESTA EDIÇÃO

COMBATE À CORRUPÇÃO

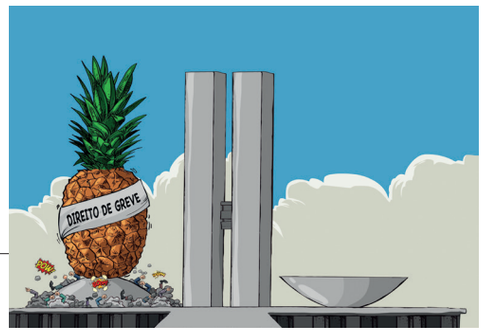
As armas do Estado contra o crime

PÁGINA 4

CONGRESSO NACISONAL

Onda conservadora ameaça conquistas

PÁGINA 12



AGENDA SINAL

Campanha unificada é desafio para 2015

PÁGINA 18

ENTREVISTA / ANTÔNIO AUGUSTO QUEIROZ

Resistir para não perder ..... PÁGINA 26

AJUSTE FISCAL DO BC

Falta dinheiro na praça

PÁGINA 32

25ª AND

Por um BC mais atuante na Região Norte

PÁGINA 38

PS47_layout_v17.indd 3 2/12/15 3:56 PM

PS47_layout_v17.indd 4 2/12/15 3:56 PM

As armas do Estado contra o crime

APESAR DO ESFORÇO CONCENTRADO PARA CONTROLAR E FISCALIZAR A CORRUPÇÃO NO PAÍS, INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS NÃO DÃO CONTA DA MISSÃO: TRABALHAM COM RECURSOS RESTRITOS E QUADRO DE PESSOAL CADA VEZ MAIS REDUZIDO.

PAULO VASCONCELLOS

COMBATE À CORRUPÇÃO

Ao deflagrar a Operação Lava-Jato, a Polícia Federal expôs não só o tamanho do desafio do governo no combate à corrupção, mas também as fragilidades do país para evitar o desvio de dinheiro público. Todo o discurso governamental e os esforços das instituições encarregadas de prevenir o problema, além do aparato legal criado para conter o crime organizado e amparar as decisões judiciais, parecem, todavia, irremediavelmente insuficientes para enfrentar a audácia dos corruptos. O que a Operação Lava-Jato tem de emblemática é que, quando se trata de corrupção, parece que o Brasil nunca chega ao fundo do poço para depois ressurgir como uma sociedade mais honesta.

O reforço para fazer frente à ação criminosa pode estar longe do ideal, mas não foi desprezível: da criação da Controladoria-Geral da União (CGU) ao fortalecimento da Polícia Federal, da autonomia do Ministério Público ao incremento da atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) no ajuizamento de ações de improbidade e ressarcimento ao erário, do ganho de eficiência da Receita Federal à atuação do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) no monitoramento de movimentações que possam configurar lavagem de dinheiro, além do fortalecimento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no combate aos cartéis. Para aprimorar o sistema de prevenção e combate à corrupção, foram adotadas medidas de melhoria da governança pública e aprovadas novas leis.

"Desde 2003 tem-se observado um dos maiores esforços da República no combate à corrupção, mas isso não foi suficiente para evitar os desvios bilionários detectados na Operação Lava-Jato. A fragmentação das competências legais de cada instituição pública complica a missão de identificar e investigar a corrupção. Talvez seja o caso de se criar uma força-tarefa contra o terrorismo da corrupção no Brasil. Competências fragmentadas facilitam a vida dos bandidos", diz Rudinei Marques, presidente do Sindicato Nacional de Analistas e Técnicos de Finanças e Controle da CGU e STN (Unacon Sindical) e secretário-geral do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). "O crime se aproveita da zona cinzenta que existe nos órgãos de controle e fiscalização e da lei. Uma saída seria a criação de um órgão multiministerial para coordenar o planejamento de ações de combate à corrupção", defende Rubens Gandelman, do Departamento de Supervisão Bancária (Desup) da Regional do Banco Central em São Paulo. "Avançou-se muito, mas se houver fragilidade institucional, o Estado brasileiro sempre estará exposto à corrupção", afirma Carlos Higino Ribeiro de Alencar, secretário-executivo da CGU.

A vitória parcial no desbaratamento da quadrilha que fraudou a Petrobras é ofuscada pela trágica constatação de que o esquema só foi descoberto quando já havia sangrado a empresa em mais de R$ 170 milhões. Só o doleiro Alberto Youssef, um dos beneficiados pela delação premiada, deverá devolver aos cofres públicos R$ 55 milhões. Trata-se de uma restituição que pode representar um marco na recuperação do dinheiro desviado. Até agora, a ineficiência no processo só contribuía para alastrar a sensação de aumento da corrupção no país. Apenas 15% dos desvios detectados costumam ser recuperados. Levantamento da CGU revela que, entre 2002 e 2011, o governo detectou desvios de R$ 7,7 bilhões em convênios celebrados pelos ministérios com estados, municípios e organizações não governamentais. No mesmo período, somente foi possível reaver R$ 1,5 bilhão, de acordo com estudo da AGU. O dinheiro recuperado em nove anos não cobriria nem o montante fraudado em um ano.

"A prevenção tem de ser seguida pelo controle *a posteriori*, para que não sirva de escape. As punições no Judiciário sustentam o sentimento de impunidade que alimenta o ciclo vicioso da corrupção", diz Rudinei Marques. O jurista Walter Faganiello Maierovich, especialista na Operação Mãos Limpas, que desde fevereiro de 1992 investigou mais de 4 mil pessoas envolvidas no maior esquema de corrupção da história da Itália, com 900 suspeitos processados e 286 condenados, alertou em sua coluna, na revista Carta Capital, para outro aspecto importante

PS47_layout_v17.indd 6 2/12/15 3:56 PM

na luta contra o desvio de dinheiro público: "No Brasil, muito falta a apurar e desengavetar. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pretende abrir os inquéritos pós-delações do ex-diretor da Petrobras (Paulo Roberto Costa) e do doleiro (Alberto Yousseff). Importante é não perder de vista um resultado negativo da Operação Mãos Limpas, na Itália, onde ocorreram 423 prescrições, o que dá um beneficiado em cada quatro denunciados."

HERANÇA MALDITA

No Brasil, a corrupção se tornou uma espécie de herança maldita de um governo para outro. Ela foi uma das justificativas para o golpe militar de 1964 e, também, uma das desgraças do regime que, apesar do Congresso sob controle e do silêncio da imprensa, não conseguiu esconder desvios em obras como a Ponte Rio-Niterói, a Usina Nuclear de Angra dos Reis, a Hidrelétrica de Itaipu, ou a abertura da rodovia Transamazônica. A licitação de cartas marcadas para a construção da Ferrovia Norte-Sul foi apenas uma das manchas do governo José Sarney. O Esquema PC Farias sacudiu a República na gestão Fernando Collor e culminou com o *impeachment* do presidente e o assassinato de seu principal personagem. A maior fraude bancária do Brasil, envolvendo os bancos Nacional, Econômico, Bamerindus e Banespa, entre outros, em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, teria custado R$ 111,3 bilhões de ajuda do Proer, o programa de socorro do Banco Central. A Máfia do Orçamento, encabeçada pelo ex-deputado João Alves e assessorada por José Carlos Alves dos Santos, responsável por desvios milionários de verbas do Orçamento-Geral da União, a aprovação da emenda da reeleição com a compra de votos de deputados federais e o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que teria custado US$ 1,5 bilhão, também marcaram o governo tucano. A gestão petista foi praticamente inaugurada criminalmente com o Mensalão e parece ter atingido o ápice agora, com o escândalo da Petrobras.

A criação da Controladoria-Geral da União, em 2003, dotou o governo federal de um órgão permanente de fiscalização, com auditores qualificados e técnicas modernas de controle. Até então, o que existia era a Corregedoria-Geral da União, criada em 2001, em resposta ao clamor da opinião pública contra o engavetamento da CPI da Corrupção. Em 1° de janeiro de 2003, um dos primeiros atos do governo Lula foi a edição da Medida Provisória n° 103, posteriormente convertida na Lei n° 10.683, que, entre outras providências, alterou a denominação do órgão, concedeu-lhe o status de ministério, vinculando-o diretamente à Presidência da República, e denominou seu titular de ministro de Estado do Controle e da Transparência. A CGU virou uma agência anticorrupção. Instituiu o Programa de Fiscalizações por Sorteio Público de Municípios, que já avaliou

> *Desde 2003 tem-se observado um dos maiores esforços da República no combate à corrupção, mas isso não foi suficiente para evitar os desvios bilionários detectados na Operação Lava-Jato*

RUDINEI MARQUES
PRESIDENTE DO SINDICATO NACIONAL DE ANALISTAS E TÉCNICOS DE FINANÇAS E CONTROLE DA CGU

PS47_layout_v17.indd 7 2/12/15 3:56 PM

2.084 prefeituras. O trabalho resultou na aplicação de R$ 20 bilhões de multas. Auditorias anuais de contas, auditorias especiais e investigativas e avaliações da execução dos programas de governo, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, também tentam dar transparência aos gastos públicos. Todos os órgãos e entidades governamentais, inclusive as empresas estatais, se submetem ao controle da CGU.

Não é só. O Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, instituído em 2005, promoveu a limpeza de 4.577 servidores públicos federais envolvidos em irregularidades. Nada menos de 3.078 (67%) deles foram afastados por algum ato ligado à corrupção. Desde 2007, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) lista as empresas punidas e proibidas de contratar com a Administração Pública. Há ainda o Portal da Transparência, que, desde 2004, disponibiliza informações detalhadas e atualizadas diariamente sobre cada centavo gasto pelo governo federal, acessível a qualquer cidadão, sem exigência de senha ou cadastro. Em 2005, foram 300 mil acessos; em 2013, 11 milhões. No ano passado, a média de acessos por mês chegou a 1,1 milhão.

MÁQUINA DESAPARELHADA

Como em boa parte do serviço público, também na Corregedoria-Geral da União há carência de pessoal. O envelhecimento da força de trabalho faz com que a CGU perca cerca de 150 servidores por ano. Hoje são 2.300, contra 2.650 que estavam na ativa em 2008.

Aumentar o número das auditorias, com mais recursos para contratação de auditores-fiscais e servidores, também é uma demanda da Receita Federal para aprimorar o combate à corrupção. O sindicato da categoria alerta que cerca de 600 auditores-fiscais se aposentam todos os anos e que os concursos públicos são insuficientes para recompor o quadro. Nos dois últimos processos, em 2012 e 2014, ingressaram menos de 600 novos auditores. Os contingenciamentos do orçamento do governo que atingem a Receita Federal também prejudicam as operações de combate ao contrabando e ao descaminho. O maior trunfo da instituição é o acervo de 75 milhões de declarações, do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), com os registros contábeis de todas as empresas, além de dados relativos aos 10 bilhões de notas fiscais eletrônicas emitidas. Trata-se do maior banco de dados desse tipo no mundo.

Desde 2010, quanto todo o processo de trabalho de identificação dos contribuintes foi reformulado, a RF tem conseguido resultados relevantes. A integração de informações financeiras e patrimoniais permite um cruzamento de dados mais eficaz. Em 2013, as autuações somaram R$ 190,1 bilhões, crescimento de mais de 100% em relação a 2010. Atualmente, cada auditor-fiscal da RFB recupera, em média, R$ 59,7 milhões por ano. A morosidade do direito processual, porém, estimula a sensação de impunidade. "Revisar a lei que extingue a punibilidade quando o sonegador paga o tributo sonegado seria uma ferramenta no combate à corrupção. O crime não deixa de existir quando um ladrão rouba uma galinha e a devolve. Mas no crime de sonegação, muito mais danoso à sociedade, o criminoso tem o benefício do perdão", afirma nota da assessoria de imprensa da Receita Federal. "A percepção do risco é o que minimiza a atuação de corruptos e sonegadores. Há necessidade de fortalecimento das autoridades fiscais e maior autonomia aos auditores para vencer o foco da Receita Federal, que é a potencialização da arrecadação", defende Cláudio Damasceno, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional).

A Polícia Federal ganhou musculatura no exercício do combate à corrupção. Cada lei criada para combater o desvio de dinheiro público estimulou a adaptação do órgão a novas demandas de

"Revisar a lei que extingue a punibilidade quando o sonegador paga o tributo sonegado seria uma ferramenta no combate à corrupção. O crime não deixa de existir quando um ladrão rouba uma galinha e a devolve. Mas no crime de sonegação, muito mais danoso à sociedade, o criminoso tem o benefício do perdão.

CLÁUDIO DAMASCENO
PRESIDENTE DO SINDIFISCO NACIONAL

PS47_layout_v17.indd 8 2/12/15 3:56 PM

investigação. Hoje, a PF vai atrás de corruptos em crimes ambientais, fazendários, cibernéticos, contrabando, falsificação de documentos e até em processos de migração de estrangeiros. A instituição é a maior responsável pela visibilidade do combate à corrupção. Para isso, emprega um exército de 12 mil servidores. Parece muito, mas não é. O FBI, a polícia federal americana, tem pelo menos 2,5 vezes mais. Aqui, só um terço do pessoal, de acordo com a Federação Nacional dos Policiais Federais, se envolve com o trabalho de campo. Todo ano há uma evasão de cerca de 250 servidores, mas a demanda de trabalho não para de crescer. As investigações de corrupção na Polícia Federal passaram de 20, em 2003, para quase 300, em 2012. Hoje, o combate aos crimes do colarinho branco já supera as ações contra o tráfico de drogas e o contrabando.

Dados de dezembro de 2013 revelavam a existência de 12.870 inquéritos policiais em todo o Brasil para a apuração de crimes de desvio de dinheiro público. O número representa mais de 10% de todas as investigações em curso no departamento. Os contratos sob investigação da PF somavam R$ 15,5 bilhões em recursos públicos. Entre 2003 e 2012, as operações resultaram na prisão de mais de 2 mil servidores públicos. É uma roda-viva interminável. "A sensação de aumento de corrupção se espalha porque a lei ampliou o leque de investigações, mas o trabalho da Polícia Federal combate apenas uma das pontas do problema. A Justiça ainda tem dificuldade em condenar porque o Código Penal não acompanhou a evolução da lei. Há necessidade de revisão da política carcerária para atender este novo público de criminosos e falta um trabalho integrado de todos os órgãos públicos para garantir mais eficiência às investigações", diz Luis Antonio

UMA PRAGA EM TODO O MUNDO

O desafio da corrupção é mundial. De novembro de 2005 a setembro de 2014, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, equivalente ao Ministério da Justiça no Brasil, iniciou 237 processos de corrupção relacionados ao poderoso complexo militar-industrial do país. A corrupção também já respingou em vários governos americanos: no de Richard Nixon, com o escândalo de Watergate, no de George W. Bush, com o desvio de US$ 31 bilhões em operações fraudulentas e malversações do dinheiro público, por conta das invasões do Iraque e do Afeganistão, e no de Bill Clinton, suspeito de envolvimento com a mulher, Hillary, na fraude imobiliária de Whitewater. Bernard Leon Madoff, ex-presidente da bolsa eletrônica Nasdaq, foi condenado, em 2009, a 150 anos de prisão por comandar um esquema que provocou prejuízo de US$ 50 bilhões. Nem o incensado Poder Judiciário americano escapou. Dois juízes da Pensilvânia foram condenados por receber US$ 2,5 milhões de propina de construtores e proprietários de prisões privadas para encaminhar 5 mil crianças infratoras para seus estabelecimentos.

Um relatório da Comissão Europeia, divulgado em fevereiro do ano passado, apontou que o problema atinge todos os 28 países integrantes da comunidade e custa cerca de € 120 bilhões por ano (quase R$ 390 bilhões) à economia do bloco. O trabalho indica ainda que três quartos dos europeus entrevistados acham que a corrupção se tornou comum. Metade diz que ela vem aumentando nos últimos anos. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) calcula que a indústria da corrupção é a terceira maior do mundo e corresponde a 5% da economia mundial. O estudo "Report to the Nations on Occupational Fraud and Abuse", feito com 1,5 mil presidentes de companhias em todos os continentes e publicado no ano passado pela Associação de Examinadores de Fraudes (sigla em inglês ACFE), revelou que 5% do faturamento das empresas são perdidos por conta de irregularidades e práticas fraudulentas. Pesquisa semelhante realizada em 2010 pela Vanderbilt Univesity, dos Estados Unidos, que perguntava aos entrevistados se algum funcionário público já havia lhes solicitado propina, deixou o Brasil com o segundo melhor resultado no continente americano. Apenas 1,6% respondeu que sim. Só o Chile, com 1,2%, teve resultado melhor. Os Estados Unidos ficaram com 2,2%, a Argentina 7%, o México 9,2% e a Bolívia, 18%. Já uma pesquisa da KPMG do Brasil com empresários em eventos organizados pela consultoria levantou que 85% acreditam que a concorrência paga propina. Mas seis de cada dez dizem que nunca subornaram agentes públicos.

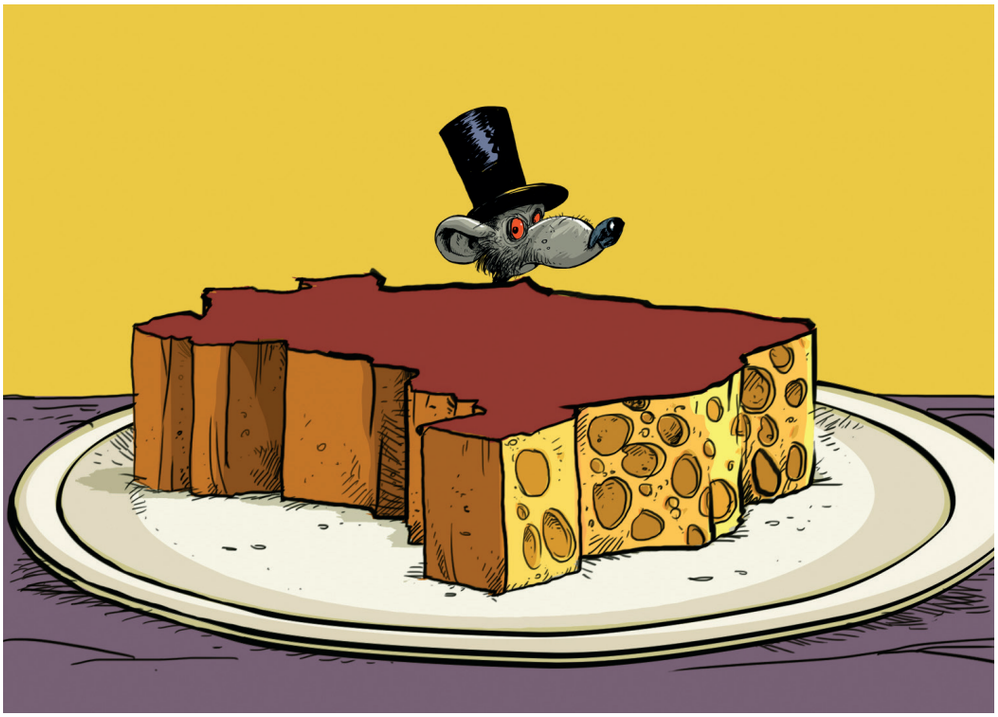
PS47_layout_v17.indd 9 2/12/15 3:56 PM

Boudens, vice-presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef).

O PAPEL DO BC

O Banco Central tem atuação ativa na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). A iniciativa criada em 2003 pelo Ministério da Justiça reúne 60 órgãos públicos e entidades envolvidas no combate sistemático à lavagem de dinheiro e é responsável pela formulação do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), encarregado de formar 14 mil agentes anticorrupção em todo o país. Apesar do papel crucial que desempenha na estabilização e fiscalização do sistema financeiro, o BC vem desenvolvendo suas atividades com recursos restritos e quadro de pessoal cada vez mais reduzido. Sem contar as 600 aposentadorias esperadas até o final de 2015, o déficit operacional do Banco, às vésperas de completar 50 anos, é de 40%. Enquanto o Banco Central da Alemanha mantém um efetivo de mais de 9 mil servidores, o Banco Central do Brasil, que chegou a ter 6.500 funcionários na década de 1990, trabalha agora com apenas 4.156. "Uma instituição como o Banco Central tem o dever de regulamentar e fiscalizar todo um sistema financeiro que está em expansão. A automação trouxe um mundo que nunca foi explorado, e esse mundo novo precisa ser fiscalizado com o manuseio dos dados. Não adianta ter tecnologia se não tiver pessoas para analisá-los", diz Daro Piffer, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal).

> *Uma instituição como o BC tem o dever de fiscalizar todo um sistema financeiro que está em expansão. A automação trouxe um mundo que nunca foi explorado, e esse mundo novo precisa ser fiscalizado com o manuseio dos dados.*
>
> **DARO PIFFER**
> PRESIDENTE DO SINAL



A direção do Banco não se pronuncia sobre casos em investigação, mas uma pista sobre a atuação da instituição no escândalo da Petrobras aparece no relatório final, de 903 páginas, da CPI Mista da Petrobras na identificação de remessas de dinheiro em mais de 1.500 contratos falsos de câmbio, que somavam R$ 100 milhões para a China, Hong Kong, Estados Unidos, Uruguai, Índia, Coreia do Sul, Itália e Bélgica. "O papel do BCB nesse sistema (Sistema Financeiro Nacional) é atuar para que as entidades supervisionadas exerçam suas atividades em plena conformidade à legislação, de maneira a assegurar fluxo tempestivo e adequado de informações coletadas pelas instituições do SFN para o Coaf, órgão central de inteligência financeira", diz um trecho do Parecer Técnico 3922/2014, da Secretaria Executiva do Banco Central, de 14 de novembro de 2014, encaminhado pelo diretor de fiscalização do banco, Anthero de Moraes Meirelles, em resposta às 14 perguntas do Requerimento 836/2014 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Petrobras. "Muitas investigações, inclusive sobre operações de que trata esta CPMI, tiveram origem em comunicações

PS47_layout_v17.indd 10 2/12/15 3:56 PM

realizadas pelas entidades supervisionadas pelo Banco Central ao Coaf, que comprovaria que o sistema de combate à lavagem de dinheiro tem atuado de forma eficaz. O Banco Central avalia que o cumprimento, pelas entidades supervisionadas, da regulamentação por ele emitida tem contribuído substancialmente para a identificação de esquemas de lavagem de dinheiro", afirma outro trecho do documento do BC.

A Advocacia-Geral da União passou a atuar no enfrentamento da corrupção como braço jurídico dos órgãos de controle do governo federal. A partir do ajuizamento de ações, a AGU busca reaver verbas desviadas, garantindo a recomposição do patrimônio público. Em 2010, foram ajuizadas 3.706 ações civis públicas, de improbidade administrativa e de execução de decisões do Tribunal de Contas da União, para reaver R$ 2,7 bilhões desviados em esquemas de corrupção. No mesmo ano, foram recolhidos aos cofres públicos R$ 491,2 milhões, referentes a verbas desviadas em convênios firmados pela União com prefeituras e entidades públicas. Em 2011, foram ajuizadas 2.343 ações para reaver aos cofres públicos mais de R$ 2 bilhões desviados em atos de corrupção. Em 2012, a AGU obteve a maior recuperação de créditos devido a atos de corrupção, com a devolução de quase R$ 468 milhões, desviados da construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, e ainda conseguiu a repatriação de US$ 6,8 milhões da conta bancária na Suíça do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto. E, em 2013, foram ajuizadas 2.109 ações visando a recuperação de R$ 1,05 bilhão.

O maior feito do Ministério Público foi a autonomia. O resultado é um avanço reconhecido nas atribuições da instituição. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, acabou estigmatizado pela pecha de "engavetador-mor". Dos 626 inquéritos criminais que recebeu, engavetou 242 e arquivou 217. Sessenta denúncias foram aceitas. As acusações recaíam sobre 194 deputados federais, 33 senadores, 11 ministros e, em quatro casos, no próprio presidente da República. Entre as denúncias arquivadas, estava a de compra de votos para aprovação da emenda constitucional que aprovou a reeleição para presidente, um processo que se repetiria depois, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e resultou na condenação dos envolvidos no processo do Mensalão.

REFORÇO LEGAL

O esforço de combate à corrupção também ganhou novas ferramentas legais. A Nova Lei de Lavagem de Dinheiro, de 2012, endureceu o combate ao delito, com a eliminação da obrigatoriedade de comprovação da prática do crime antecedente que deu origem ao dinheiro, aumentando a multa em cem vezes. A Lei nº 12.850, de 2013, conhecida como Lei do Crime Organizado, representou um avanço, comemorado principalmente pela Polícia Federal pelo simples fato de tipificar a organização criminosa. Legados cruciais também foram garantidos pelo Decreto nº 5.483/2006, que instituiu a Sindicância Patrimonial dos Servidores Federais, e pelo Decreto nº 6.170/2007, que criou o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) e mudou o procedimento de transferências voluntárias de recursos da União para os estados, municípios e entidades sem fins lucrativos. Já o Decreto nº 7.568, de 2011, estabeleceu critérios mais transparentes para as parcerias públicas com organizações da sociedade civil.

Medidas de modernização da gestão, diminuindo a burocracia, aumentando a transparência e promovendo a ética também encorparam o aparato legal. É o caso do Decreto nº 5.450/2005, que tornou obrigatório o uso do pregão eletrônico nas aquisições de bens e serviços comuns do governo federal. O Decreto nº 5.497, também de 2005, estabeleceu limites para que os cargos em comissão fossem ocupados exclusivamente por servidores de carreira. A criação da Super Receita, em 2007, visava reduzir o desperdício e permitir maior combate a fraudes e à sonegação. Já o Decreto nº 7.203/2010 permitiu o combate ao nepotismo no serviço público. Em janeiro do ano passado, entrou em vigor a Lei Anticorrupção, também conhecida como Lei da Empresa, gestada em resposta às manifestações de rua de junho de 2013, que responsabiliza as pessoas jurídicas e os dirigentes de empresas por atos de corrupção.

"A gente tem conhecimento, tem investimento em pessoal e tecnologia, tem como fazer, o arcabouço legal está pronto. O que falta é definir a prioridade. O governo utiliza os órgãos de controle para se proteger e não para combater a corrupção", diz Rudinei Marques. "Em alguns ambientes de negócio, as práticas são tão heterodoxas que o desafio é fazer a lei se consolidar. A relação público-privado é muito complexa no Brasil", afirma Luiz Marcati, sócio da Mesa Corporate Governance, consultoria especializada em governança corporativa. "Quando se comparam sociedades diferentes, há graus de complexidade também na percepção da corrupção que devem ser levados em conta ao combatê-la", diz Carlos Higino Ribeiro de Alencar, da CGU. "No Brasil, estamos num ponto de mudança." Que seja agora.

PS47_layout_v17.indd 11 2/12/15 3:56 PM

PS47_layout_v17.indd 12 2/12/15 3:56 PM

Onda conservadora ameaça conquistas

DISPUTA NO SENADO SOBRE O DIREITO DE GREVE DO SERVIDOR PODE INVIABILIZAR PROJETO DO SENADOR PAULO PAIM, QUE ACOLHEU AS PROPOSTAS DAS ENTIDADES SINDICAIS.

JEFFERSON GUEDES

Ter um direito e não poder exercê-lo é a própria negação desse direito. Essa reflexão, do pensador italiano Norberto Bobbio, cai como uma luva quando se trata da greve no serviço público. Embora esteja previsto no inciso VII do art. 37 da Constituição de 88, o texto afirma que esse direito será exercido nos termos e limites definidos por legislação específica. Transcorridos 26 anos desde a promulgação da Carta Magna, o Congresso até hoje não regulamentou a matéria. Com isso, um direito fundamental permanece sem sua eficácia plena, como dizem os juristas.

Para o presidente do Sinal, Daro Piffer, manter a situação atual significa reduzir o servidor a uma subcategoria, inferior aos empregados da iniciativa privada. Ele lembra que o direito de se organizar, negociar e fazer greves há muito tempo é realidade nesse setor.

A percepção de que o Estado tem uma dívida com o servidor é unanimidade nos três poderes. Mas, então, como explicar tamanha demora na regulamentação do seu direito de greve? Omissão parlamentar? Não exatamente, já que tramitam 27 projetos no Congresso, sendo 23 na Câmara e 4 no Senado. O problema é a falta de vontade política.

Nos dois últimos anos de seu mandato, Lula esteve perto de enviar ao Congresso uma proposta para regulamentar não só o direito de greve, mas também a negociação coletiva. O então secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, chegou a coordenar um grupo de trabalho com esse objetivo. Divergências entre as centrais em torno de questões específicas, como o imposto sindical, impediram a redação de um projeto de consenso.

GOVERNO SAI DE CENA

Com a presidente Dilma, o assunto ressurgiu em setembro de 2012, depois da greve dos servidores. Falando em nome do governo, a então ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, cobrou do Congresso definição sobre o assunto. A hipótese de o Planalto assumir a responsabilidade de enviar um projeto não chegou a ser descartada, mas o discurso de Gleisi sinalizou, pela primeira vez, que o governo queria transferir esse ônus para o Congresso. Desde então, o Senado tem sido palco de uma luta renhida em torno do tema.

Dois atores se destacam nesse cenário: o senador Paulo Paim (PT-RS), que busca elaborar um projeto que sintetize os anseios das entidades sindicais, e o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O tucano apresentou o PLS 710/2011 em que fixa uma série de exigências que pode inviabilizar o exercício do direito de greve no serviço público. Uma delas estipula que 60% dos funcionários continuem trabalhando — percentual que aumenta para 80% quando a greve afetar a segurança pública. Nunes propõe, ainda, que os grevistas comuniquem a paralisação com pelo menos 15 dias de antecedência. E se a greve for considerada ilegal pelo Judiciário, o retorno dos servidores ao trabalho deverá ocorrer em até 24 horas.

O projeto de Aloysio Nunes estava pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) em 2012, quando foi retirado de pauta. O motivo? Paulo Paim solicitou que a matéria fosse discutida também em outras duas comissões — uma delas, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), presidida pelo próprio. Questionado, na época, se sua iniciativa seria uma tentativa de retardar a tramitação do projeto de Nunes, Paim afirmou que ele apresentou o primeiro projeto sobre o assunto há 20 anos. Por conta disso, sentia-se à vontade para ampliar as discussões. Não fazia sentido, a seu ver, tirar um projeto da cartola e querer aprová-lo da noite para o dia.

Na CDH, as entidades se sentiram à vontade para debater o tema. Daro Piffer conta que havia dois projetos em pauta: um, patrocinado pelas centrais sindicais; outro, de autoria do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). Daro, que também é vice-presidente do Fórum, lembra que foi necessário um esforço conjunto para que se chegasse a uma iniciativa de consenso. Paulo Paim teve papel importante na construção dessa unidade, pois ele se comprometeu a apresentar o projeto que fosse acordado pelo Fórum e pelas centrais.

NOVOS ATORES DA NOVELA

Enquanto isso, outros atores foram convocados para essa "novela". Em 20 de março de 2013, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, assinaram o

PS47_layout_v17.indd 14 2/12/15 3:56 PM

ato de criação da Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação Constitucional. Vários dispositivos da Constituição que aguardam regulamentação, como o direito de greve no serviço público, passaram a ser de responsabilidade dessa Comissão.

Composta por seis deputados e seis senadores, a Comissão tem o deputado Cândido Vacarezza (PT-SP) como presidente e o senador Romero Jucá (PMDB-RR) como relator. A primeira matéria a ser analisada foi, justamente, a regulamentação do inciso VII do art. 37 da Constituição, que trata do direito de greve no serviço público.

Jucá afirmou que seria necessário examinar as matérias conflitantes. Disse, também, que estava aberto a ouvir os movimentos sociais antes de preparar seu relatório sobre a Lei de Greve. Ele se reuniu com o Fonacate no início de 2014 para discutir o assunto. O secretário-geral do Fonacate, Rudinei Marques, informou a Jucá que o projeto do Fórum já havia recebido parecer favorável de Paulo Paim na CDH. A intenção da entidade, ao citar esse projeto, era oferecer um contraponto ao rigoroso projeto de Aloysio Nunes. Jucá tratou de acalmar os sindicalistas.

"Podem ficar tranquilos que não vou votar esse projeto sem antes discuti-lo bastante com todos vocês. A partir de hoje, as carreiras de Estado, que eu defendo e acredito, estão inseridas no processo de discussão dessa matéria." O senador comprometeu-se, ainda, a encaminhar seu parecer para o Fórum assim que estivesse concluído, a fim de que a entidade pudesse apresentar novas sugestões.

Havia a expectativa, segundo o presidente do Sinal, de que Jucá se reuniria novamente com as entidades antes de

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Não há uma posição unânime no ordenamento jurídico internacional em relação ao direito de greve no serviço público. Mesmo a União Europeia garante autonomia às nações para legislarem sobre o tema, ainda que na sua Constituição a greve dos servidores seja considerada direito fundamental.

A diversidade de tratamento, então, é a tônica. Desde o conservadorismo dos EUA, onde servidores podem ser presos se cruzar os braços, até o avançado modelo português, no qual a lei obriga o governo a adotar medidas para cumprir o que foi acordado com servidores.

ARGENTINA – A Convenção 151 da OIT foi ratificada, mas a legislação limita o exercício do direito de greve nas chamadas atividades essenciais. Há necessidade de aviso prévio cinco dias antes do início da paralisação.

ESTADOS UNIDOS – O direito de associação e a negociação coletiva são assegurados, mas a greve é considerada ilegal.

MÉXICO – É assegurado o exercício do direito de greve no serviço público, desde que haja aviso prévio de dez dias à Junta de Conciliação e Arbitragem.

ESPANHA – O direito de greve é assegurado aos funcionários públicos, mas há proibição em relação aos membros das Forças Armadas e dos corpos de segurança.

FRANÇA – É assegurado o direito de greve ao servidor público, mas exige-se aviso prévio de cinco dias. O governo pode requisitar trabalhadores para prestar serviços durante a greve. É proibida greve nas Forças Armadas, na magistratura e na polícia.

ITÁLIA – A Constituição reconhece o direito de greve do servidor, mas lei aprovada em 1990, sobre a greve nos serviços públicos essenciais, estabelece várias condicionantes que contrariam deliberações da OIT. O aviso prévio é de dez dias.

PORTUGAL – É assegurado o direito de greve aos servidores, com ressalvas nas Forças Armadas. Nas atividades essenciais, lei complementar determina o funcionamento mínimo dos serviços paralisados. A requisição civil de trabalhadores é prevista, caso o atendimento mínimo não seja prestado pelos servidores em greve. No campo da negociação coletiva, a lei portuguesa obriga o governo a adotar medidas adequadas ao integral e exato cumprimento do acordado com servidores. Há também data-base inicial para a negociação, compatibilizando-a com o calendário legislativo do Orçamento Nacional.

PS47_layout_v17.indd 15 2/12/15 3:56 PM

entregar seu relatório final. Isso não aconteceu. No dia 11 de novembro passado, menos de um mês depois da reeleição de Dilma, o relatório de Jucá foi finalmente aprovado na Comissão de Consolidação. E aí veio a surpresa: o senador tomou como base o mesmo PLS 710/2011 de Aloysio Nunes, tão combatido pelas entidades. Jucá manteve a exigência de 60% de servidores trabalhando durante a greve em serviços públicos considerados essenciais, mas retirou o percentual de 80% exigido pelo projeto de Aloysio no caso de paralisações na área de segurança pública.

Em outros pontos, Jucá conseguiu piorar um projeto que já era ruim. O senador incluiu no texto a proibição de greve nos 60 dias que antecedem as eleições. E não contente em restringir ao máximo o direito dos servidores, a proposta ainda prejudica os sindicatos, sujeitos a pagar pesadas multas se descumprirem decisões judiciais relacionadas à greve. A única mudança de Jucá foi diminuir o intervalo mínimo entre o comunicado de greve e a sua deflagração de 15 para dez dias. Mas, na essência, é o mesmo projeto apresentado há quatro anos por Aloysio Nunes.

JOGO NOS BASTIDORES

O atropelo pela aprovação do relatório de Jucá na Comissão foi tamanho, a ponto de o deputado Eduardo Rodrigues (PSDB-MG) retirar seu pedido de vistas ao relatório. Ele chegou a ser advertido justamente por Aloysio Nunes, que não queria perder tempo. Toda essa movimentação deixou o Sinal em estado de alerta. Afinal, Jucá havia dito, no início de 2014, que o assunto seria discutido o tempo que fosse necessário, porque o objetivo era construir uma lei equilibrada, capaz de proteger os interesses de servidores e da sociedade.

Mais uma vez, a realidade superou o discurso: após ser votado na Comissão, o relatório de Jucá foi logo convertido no Projeto de Lei do Senado nº 327/2014, iniciando sua tramitação na Casa. Para o presidente do Sinal, a sensação é de que o consenso não era mais importante para Jucá.

Sem consenso, os caminhos são a pressão e o jogo nos bastidores. Entrou em cena, mais uma vez, Paulo Paim. Taxativo ("este projeto praticamente revoga o direito de greve do servidor"), o senador começou a se articular para modificar a espinha dorsal do projeto.

Paim tomou duas ações nesse sentido. Em 25 de novembro passado, apresentou dois requerimentos na Comissão de Consolidação, para que o projeto de Jucá fosse apreciado também pela CCJ e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Os requerimentos ainda não foram votados. Se aprovados, as entidades ganharão um tempo precioso para mobilizar os servidores contra o PLS 327/2014.

Além disso, Paim apresentou duas emendas ao projeto (veja quadro). Portanto, a matéria terá de retornar para análise do relator, Romero Jucá, antes de ir a plenário, e só deve ser discutida em abril.

CHANCES DE APROVAÇÃO

As opiniões se dividem em relação ao futuro do PLS 327/2014 no Congresso. Para Antônio Augusto de Queiroz, Toninho, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o projeto tem chances reais de ser aprovado no Senado, por conta da capacidade de

AS EMENDAS DE PAIM

O senador Paulo Paim apresentou duas emendas ao PSL 327/2014. Uma delas dá nova redação ao art. 2º, com o objetivo de atender à demanda específica dos servidores fiscais das administrações tributárias. Já a outra é, na verdade, um substitutivo ao projeto de Jucá/Aloysio Nunes. O conteúdo é exatamente igual ao texto que o Fonacate e as centrais sindicais acordaram.

As mudanças são profundas nesse substitutivo. Em primeiro lugar, Paim prevê, no capítulo III, um robusto sistema de negociação coletiva permanente entre as entidades e os vários níveis de governo. No capítulo IV, o texto conseguiu o tal equilíbrio que Jucá afirmava buscar entre os interesses da sociedade e as demandas dos servidores. No art. 17, por exemplo, fica estabelecido que a entidade sindical deve garantir o atendimento das necessidades inadiáveis da sociedade. Com isso, assegura-se que a UTI de um hospital público não pare de funcionar.

Outra característica marcante do projeto é a inexistência de condicionantes para o livre exercício do direito de greve, como se vê no projeto de Jucá/Aloysio Nunes. No art. 20 do substitutivo, o legislador prevê apenas que o direito de greve não poderá ser exercido por mais de 70% dos servidores lotados em um mesmo órgão. Assim, permanece um percentual mínimo de 30% de servidores trabalhando durante a greve. Bastante razoável.

PS47_layout_v17.indd 16 2/12/15 3:56 PM

articulação de Romero Jucá. Mas não passa na Câmara, a seu ver, pelo seu conteúdo "extremamente restritivo". Quanto às alterações propostas pelas entidades, Antônio Augusto avalia que algumas "certamente serão incorporadas" ao texto da lei. A extensão das mudanças dependerá da pressão e da capacidade de convencimento e mobilização das entidades de servidores.

Paim, por sua vez, não esconde a preocupação. "O ataque aos direitos trabalhistas vai se intensificar em 2015", prevê. Nem mesmo a audiência que Dilma realizou com a CUT, em 8 de dezembro, anima o senador. No encontro, a presidente comprometeu-se a ampliar o diálogo com as entidades, retomar a Mesa de Negociação Permanente e regulamentar a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o princípio da negociação coletiva entre servidores e os governos das três esferas — municipal, estadual e federal. "Quando digo que estou preocupado, não me refiro à presidente Dilma, mas é que a composição do seu governo abre espaço para setores conservadores muito articulados", declara.

Para barrar a agenda conservadora, será preciso, na sua visão, que as entidades estejam unidas em torno de uma pauta mínima. O líder sul-africano Nelson Mandela é exemplo a ser seguido, segundo Paim:

"Certa vez, Mandela reuniu todos os líderes sociais em um estádio de futebol e disse: 'Me pressionem, para que eu pressione o Congresso. Se vocês acharem que está tudo resolvido por eu ter assumido a presidência, aí é que as coisas não vão se resolver. Agora, se vocês se mobilizarem, apresentarem a sua pauta, pressionarem, eu vou dizer ao Congresso o que os movimentos sociais estão pedindo.'"

"É assim que se constrói o equilíbrio de forças numa democracia", pondera o senador. A batida do tambor precisa chegar aos palácios de Brasília.

A CONVENÇÃO 151 DA OIT

A Organização Internacional do Trabalho é uma agência multilateral da ONU que se tornou referência na promoção dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Fundada em 1919, após o fim da Primeira Guerra Mundial, a OIT trouxe para o plano internacional as discussões sobre as relações de trabalho. Uma nação não pode se dizer "democrática" se não respeitar as recomendações e convenções do órgão.

Para o funcionalismo, a grande referência é a Convenção 151, que equipara os servidores aos trabalhadores da iniciativa privada. Criada em 1978, a Convenção trata de liberdade sindical, direito à negociação coletiva para servidores nos três níveis de governo, regulamentação do direito de greve e outros assuntos relativos a direitos associativos.

O Brasil tornou-se signatário da Convenção 151 em 2010, durante o governo Lula. Foi um passo importante, mas outros são necessários. Segundo o professor Fábio Porto, especialista em Direito do Trabalho, a Convenção precisa ser regulamentada pelo Congresso e adotada nos demais entes federativos (estados e municípios) para ter assegurada sua plena implementação. Em março de 2013, após grande pressão das entidades representativas dos servidores, a presidente Dilma publicou o Decreto nº 7.994/13, que deu início ao processo de regulamentação. Ainda assim, há um longo caminho a ser percorrido no Congresso.

Na justificação do PLS 327/2014, o senador Romero Jucá afirma que as normas da OIT foram um importante insumo na redação do projeto. Na prática, as exigências que o projeto faz para o exercício do direito de greve vão na contramão das recomendações da Organização.

"É sabido que a intenção do autor do projeto sempre foi limitar o exercício da greve", afirma o professor Fábio Porto. O texto do projeto, no entanto, reconhece categoricamente, logo no art. 1°, o direito de greve dos servidores públicos. Ou seja, do ponto de vista genérico, não nega os direitos dos servidores, explica o professor. O cerceamento aparece nas exigências que o projeto faz para a deflagração de uma greve. Assim, sob a desculpa de preservar os interesses da sociedade, o PLS 327/2014 surrupia o direito de greve dos servidores.

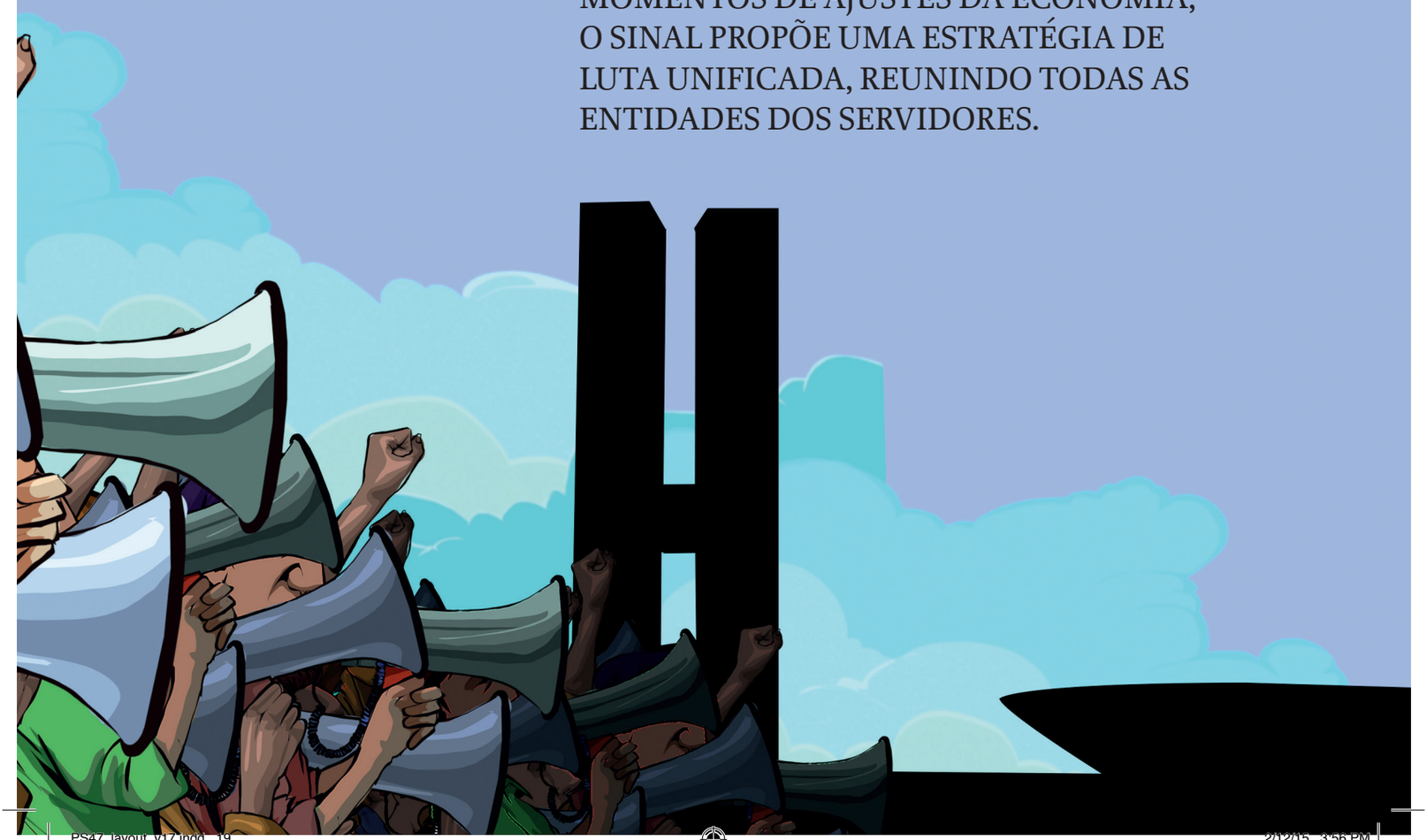
O diabo, como se sabe, está sempre nos detalhes.

PS47_layout_v17.indd 17 2/12/15 3:56 PM

PS47_layout_v17.indd 18 2/12/15 3:56 PM

Campanha unificada é desafio para 2015

PREVENDO UM PERÍODO DE VACAS MAGRAS PARA OS TRABALHADORES, SEMPRE PREJUDICADOS EM MOMENTOS DE AJUSTES DA ECONOMIA, O SINAL PROPÕE UMA ESTRATÉGIA DE LUTA UNIFICADA, REUNINDO TODAS AS ENTIDADES DOS SERVIDORES.



A campanha salarial será o grande desafio dos servidores do Banco Central em 2015. Para início de conversa, um número impressionante: a defasagem dos vencimentos dos servidores exige, segundo estudo do Sinal, reposição de 39,7%. Por outro lado, uma análise realista das perspectivas para o ano que inicia levanta séria questão: como conduzir uma campanha vitoriosa em um momento de grande aperto nas contas públicas?

A probabilidade de êxito, nesse contexto, depende de uma estratégia de luta unificada que envolva o conjunto das entidades dos servidores. "Sozinhos, não vamos conseguir nada", avalia o diretor de Assuntos Previdenciários do Sinal, Sérgio Belsito, um dos representantes do Sindicato no Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais.

Não será a primeira vez que a campanha unificada estará no centro das atenções. Em 2012, as entidades que representam os servidores já trilharam o mesmo caminho. "Houve um motivo para isso", reage Belsito. Depois do acordo de julho de 2008, que instituiu o subsídio como forma de pagamento dos servidores do BC, ficou bem mais difícil conquistar aumento salarial com ações centradas exclusivamente na categoria.

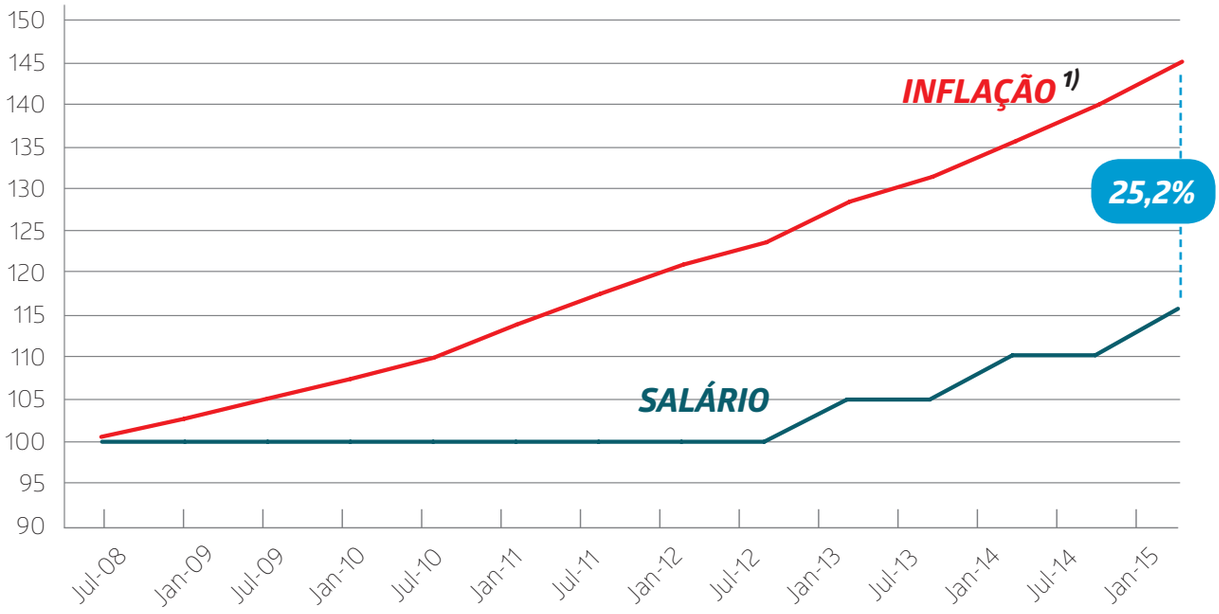
"Desde que assumiu, em 2011, o governo Dilma não queria mais conversar com o servidor público", afirma o dirigente. Com a união das entidades, os servidores conseguiram reajuste de 15,8%. Foi uma demonstração do acerto da estratégia unificada, que se repetirá agora em 2015.

Mais uma vez, a ideia é constituir consenso entre as entidades que vá além das posições políticas. "O objetivo é que tentemos colocar, com simplicidade, a melhor proposta para todos. Algo que nos una e não permita iniciarmos a campanha salarial de maneira desunida", enfatiza Belsito.

ÍNDICE ÚNICO

O acordo celebrado pelo Sinal, em julho de 2008, foi histórico para os servidores do Banco Central. Após intensa

CORROSÔMETRO



1) IPCA-A(IBGE) acumulado, real até agosto/2014 e estimado em 6,3% para o ano de 2014.

PS47_layout_v17.indd 20 2/12/15 3:56 PM

negociação, o governo Lula reconheceu a importância dos especialistas do BC como carreira estratégica e instituiu o subsídio como forma de pagamento. Com isso, as gratificações e demais vantagens que compunham a remuneração dessa carreira foram incorporadas ao vencimento básico, passando a constituir uma única verba.

O conceito do subsídio está previsto no parágrafo 4º do artigo 39 da Constituição Federal de 1988. Uma lei específica (11.890, de 24/12/2008) estendeu o subsídio aos servidores do Banco Central. O complicador é que a grande maioria dos servidores ainda tem seus vencimentos atrelados a uma série de gratificações e penduricalhos. A extensão do subsídio para as demais categorias tornou-se, então, uma das principais reivindicações da maior parte das entidades.

O assunto chegou ao Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais. O Sinal, evidentemente, reconhece a importância da bandeira do subsídio. Mas num momento de arrocho, em que é preciso encontrar um elemento capaz de unificar a luta, a necessidade de um índice único de reajuste é a melhor alternativa política. Foi o que ficou acertado na última reunião do Fórum Nacional, realizada em Brasília, no dia 2 de fevereiro. No encontro, os delegados definiram oito eixos principais para a campanha: índice linear de 27,3%; política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias; data-base em 1º de maio; direito à negociação coletiva (convenção 151 OIT); paridade salarial entre ativos e aposentados; aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores; retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos servidores; e isonomia salarial e de todos os benefícios entre os três poderes.

PERDAS SALARIAIS

O Sinal vem propondo a utilização do Corrosômetro como ferramenta de análise das perdas salariais. No caso dos servidores do BC, o sistema mostra que a categoria enfrentou uma nova estagnação salarial de julho de 2010 a dezembro de 2012, período em que o subsídio ficou defasado. O acordo de 2012, que propiciou reajuste de 15,8% em três parcelas (janeiro de 2013, 2014 e 2015), reduziu parcialmente a defasagem. Mesmo assim, o Corrosômetro mostra que a defasagem vai atingir o índice de 25,2% em janeiro de 2015 (*ver gráfico ao lado*).

Esse percentual, contudo, não é o que Sinal apresentou no Fórum Nacional dos Servidores Federais. Como o governo tem feito acordos com validade de três anos, é preciso analisar as projeções de inflação para os próximos anos (6%, em 2015, e 5,2%, em 2016). Levando essas variáveis em consideração, o Sindicato está propondo índice de reposição de 39,7%, para cobrir as perdas acumuladas desde 2010.

As entidades sabem que a eficácia da campanha depende de ações logo nos primeiros meses do ano. "É preciso deslanchar a campanha no primeiro semestre, em sintonia com a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no Congresso", defende Belsito.

O projeto da LDO, uma atribuição

PS47_layout_v17.indd 21 2/12/15 3:56 PM

ENTRE O DISCURSO E A REALIDADE

O fortalecimento do Estado e a melhoria dos serviços públicos sempre foram metas estratégicas do PT antes de Lula chegar ao Planalto. No poder, o partido manteve o discurso de que não existe um Estado forte sem carreiras estruturadas e servidores valorizados. Sempre que necessário, os dirigentes petistas repetem esse discurso.

Um exemplo: quando as entidades representativas do Ciclo de Gestão e do Fisco Federal lançaram o Movimento Nacional em Defesa do Estado Brasileiro, em maio de 2011, no auditório da Câmara dos Deputados, o então líder do governo Arlindo Chinaglia elogiou o movimento e prometeu apoiá-lo. "Ter um serviço público de qualidade significa ter melhor distribuição de renda para toda a população", afirmou o parlamentar.

"Entre o discurso e a realidade, porém, há um enorme abismo", assegura o diretor do Sinal, Sérgio Belsito. Ele tem autoridade para falar do assunto, porque acompanha a relação dos governos petistas com os servidores desde o início da era Lula. Ainda que haja, em alguns momentos, certa disposição para o diálogo, Belsito entende que falta sensibilidade ao PT para lidar com as questões que afetam as carreiras de Estado.

O problema se agravou após a saída de Lula. Com frequência, segundo o dirigente, o governo Dilma tem brindado o servidor com demonstrações dessa falta de sensibilidade. No primeiro ano de seu mandato, uma atitude de Dilma alertou os servidores: ela criou a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, com o objetivo de levar para o setor público uma gestão nos moldes da iniciativa privada. Para presidir a Câmara, a petista chamou o empresário Jorge Gerdau. Também integravam a Câmara os empresários Abílio Diniz (Pão de Açúcar), Maciel Netto (Suzano Papel e Celulose) e Henri Philippe Reichstul, ex-presidente da Petrobras.

A atitude do governo de ouvir o empresariado não seria problema. Afinal, em uma democracia, todos os setores da sociedade devem ser consultados. O senão, segundo Belsito, é que Dilma afastou desse debate o núcleo pensante das carreiras de Estado. "Essa é a grande crítica que o Sinal e outras entidades faziam ao funcionamento desta Câmara. Os empresários começaram a propor sugestões para que o serviço público funcione com a lógica do resultado e do lucro", relata. O bordão "fazer mais com menos" da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, virou a tônica. Para boa parte das entidades dos servidores, essa mensagem lembrava, em muito, a ideologia do Estado mínimo, tão cara à ideologia neoliberal sempre combatida pelo PT.

Depois de várias reuniões, a Câmara de Política de Gestão chegou à conclusão de que a melhoria do serviço público deveria começar com a implantação de catracas para controlar a entrada e saída do servidor. "Gerdau, o empresário que mais tinha interesse em vender aço para o governo, foi quem deu essa sugestão", afirma Belsito.

É verdade que o governo retirou da pauta da Câmara a discussão de temas complexos, como o modelo do Sistema Único de Saúde. Ainda assim, a visão dos empresários continuou reverberando no discurso de Dilma. No auge da greve de 2012, a maior já realizada pelos servidores federais, Gerdau manteve sua pregação em favor da adoção, pelo governo, de sistemas de gestão pública baseados na lógica empresarial. É a única forma, a seu ver, de evitar desperdícios na máquina pública e benesses para os funcionários públicos.

Na mesma época, a presidente Dilma chamou os servidores de "grevistas de sangue azul", numa tentativa de desqualificar os pleitos legítimos de reajustes salariais. Tivemos aí, segundo Belsito, mais uma demonstração da falta de sensibilidade de Dilma para com o servidor. Foi também um erro histórico, já que a expressão "sangue azul" surgiu na Idade Média em alusão à nobreza espanhola que não trabalhava. Portanto, não faz sentido nenhum, para o dirigente, que Dilma trate o servidor com essa alcunha. Ele considera um insulto equivalente ao de FHC em 1998, quando o então presidente chamou de "vagabundos" os aposentados com menos de 50 anos.

PS47_layout_v17.indd 22 2/12/15 3:56 PM

AQUINO JOSÉ

exclusiva do Executivo, é enviado ao Congresso até 15 de abril. Sua aprovação se dá em julho, antes do recesso parlamentar. A possibilidade de emendar a LDO, portanto, está restrita ao primeiro semestre. Daí a necessidade de deslanchar a campanha unificada ainda em fevereiro, para que a LDO possa refletir, de alguma forma, as reivindicações dos servidores.

Não vai ser fácil. As entidades pretendem lançar um plano de comunicação que deixe claro para a população a importância dos serviços públicos prestados pelas carreiras de Estado. Em pauta, não só a questão salarial, mas também a defesa dos serviços públicos de qualidade. Para o governo Dilma, essa campanha será uma oportunidade para reduzir a distância entre o discurso em favor de um Estado forte e uma prática que, muitas vezes, parece apontar na direção oposta.

SEM INTERLOCUTORES

Há também um problema estrutural que preocupa o dirigente do Sinal: o governo esvaziou o órgão encarregado da negociação coletiva com as entidades de servidores públicos.

Até 2012, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão era esse órgão. Tinha autonomia até para encaminhar as pautas dos servidores. Esse status foi alterado com o Decreto nº 7.676, publicado no Diário Oficial do dia 23/1/2012. De uma tacada só, a presidente Dilma extinguiu a Secretaria de Recursos Humanos e criou a Secretaria de Relações do Trabalho, com menos poderes.

Temas como reestruturação de carreiras, planos de cargos, desenvolvimento profissional na carreira passaram a ser de responsabilidade da nova Secretaria de Gestão, que não lida diretamente com os servidores ou com as centrais sindicais. As pautas de reivindicações das entidades sindicais podem até contemplar esses temas, mas a Secretaria de Relações do Trabalho não tem poderes para negociá-las. "Houve um esquartejamento da estrutura de negociação com o servidor", enfatiza Belsito.

Para compensar os efeitos dessa mudança, o governo propôs a criação de Mesas Seccionais. Com isso, explica o dirigente, o Sinal poderia encaminhar algumas pautas, tendo como interlocutor o próprio presidente do Banco Central. O "x" da questão é que a Mesa Seccional do BC até hoje não foi regulamentada. O Sinal vem fazendo pressão para sua imediata instalação, sem obter respostas conclusivas da direção do Banco.

Diante desse cenário, calcula Belsito, o governo ainda não tomou ações coerentes com o discurso que o PT sempre fez em favor de um Estado forte, com carreiras estruturadas e servidores valorizados. E não há indicativos, até agora, de que Dilma vai formular uma política clara nesse sentido.

PS47_layout_v17.indd 23 2/12/15 3:56 PM

ARTIGO

Por uma reforma política democrática!

LUÍS CARLOS PAES DE CASTRO

As manifestações de junho de 2013 escancararam o divórcio entre os anseios da maioria da população e a falta de sintonia do Congresso Nacional com essas aspirações, atestando a situação falimentar do atual modelo de representação política no país.

Os problemas apontados nas ruas relativos à profunda crise urbana, evidenciada na precariedade da mobilidade, na carência de espaços públicos para as mais diversas atividades sociorrecreativas e culturais, no aumento da violência, aliados a necessárias mudanças no sistema educacional, na saúde, no sistema tributário e na democratização dos meios de comunicação de massas, para não ir muito adiante, apontam para a necessidade de reformas estruturais que dependem da aprovação de um Congresso Nacional pouco sensível a essas exigências da nação. Nesse cenário, é urgente uma Reforma Política que contribua para aproximar a representação política da sociedade.

Pesquisa encomendada ao Ibope pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2013 indicou que 85% dos entrevistados se manifestaram a favor de uma Reforma Política, 78% ficaram contra o financiamento de campanha por empresas, 90% apoiaram uma punição mais rigorosa ao "caixa dois" de campanha, 56% defenderam que a eleição seja feita em torno de propostas e listas de candidatos e 92% opinaram a favor de um projeto de lei de reforma política de iniciativa popular.

A partir da constatação dessa realidade, 95 entidades representativas da sociedade civil (hoje são mais de cem), entre elas, OAB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic), Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Associação Brasileira de ONGs (Abong), CUT, CTB, Contag, UNE e UBES, constituíram uma articulação da sociedade brasileira, denominada Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, com o objetivo de mobilizar a sociedade em torno de um Projeto de Iniciativa Popular, tal como ocorreu com o Projeto da Ficha Limpa.

A Coalizão Democrática defende uma proposta que visa ampliar a participação popular nas instâncias de poder, sem a necessidade de emendas constitucionais, enfrentando quatro problemas estruturantes do sistema político atual:

1) o financiamento de campanhas por empresas e a consequente corrupção eleitoral;
2) o sistema eleitoral de lista aberta de candidatos;
3) a sub-representação das mulheres;
4) a deficiente regulamentação dos mecanismos da democracia direta.

O Projeto de Iniciativa Popular estabelece o financiamento democrático de campanha, que será viabilizado pelo Fundo Democrático de Campanha, constituído por verbas do Orçamento Geral da União, multas administrativas e penalidades eleitorais e pelo financiamento de pessoas físicas, limitado a R$700 por CPF. Esta última contribuição não poderá ultrapassar 40% dos recursos públicos destinados ao candidato.

Outra inovação importante, que visa fortalecer os partidos e elevar o nível do debate de ideias nos períodos eleitorais, diz respeito ao sistema eleitoral proporcional em dois turnos com voto em lista fechada. Em um primeiro turno, o voto será dado aos partidos que apresentarão suas plataformas políticas e indicarão uma lista preordenada com até duas vezes o número de vagas em disputa para o cargo. Com base no coeficiente eleitoral, será definido o

PS47_layout_v17.indd 24 2/12/15 3:56 PM

número de vagas conquistadas por partido. No segundo turno, o voto será no candidato, participando cada partido com um número de candidatos duas vezes superior ao das vagas conquistadas no primeiro turno, sendo eleitos os mais votados nominalmente.

Assim, o eleitor vota nas propostas do partido e, em seguida, no candidato de sua preferência. Os candidatos serão escolhidos pelos filiados aos partidos em prévias, supervisionadas pela Justiça Eleitoral.

O Brasil é um dos países com menor representação feminina nos parlamentos. Hoje, as mulheres constituem 52,13% do eleitorado (TSE, outubro/2014) e, embora tenha ocorrido um crescimento em relação à legislatura anterior, apenas 51 foram eleitas para a Câmara Federal e cinco para o Senado que, somadas às sete existentes, elevaram para 12 o número de representantes nessa Casa. Assim, elas seguem com uma pequena representação, de apenas 14,81% do Senado e 9,94% da Câmara dos Deputados. O mesmo ocorre nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Para corrigir essa distorção, o projeto determina que nas listas apresentadas pelos partidos haja alternância de gênero.

Por último, o projeto regulamenta os mecanismos de participação direta dos cidadãos, previstos na Constituição de 1988, o plebiscito, o referendo e os projetos de iniciativa popular. Desde 1988, quando foi promulgada a nova Carta Magna, só foram convocadas consultas populares em 1993, ano em que ocorreu plebiscito sobre o sistema e forma de governo, e em 23 de outubro de 2005, quando nos manifestamos no referendo do desarmamento. E nos estados e nos municípios? Quantas vezes você foi consultado sobre temas importantes para sua vida e de sua comunidade? O projeto da Coalizão estabelece que concessões de serviços públicos, privatizações, construção de obras de grande impacto ambiental, entre outros, devem passar pelo crivo popular. Os projetos de iniciativa popular, por sua vez, poderão ser suwbscritos por meio de formulário impresso, urnas eletrônicas e assinatura digital na internet e terão rito próprio de tramitação, com urgência garantida.

MOBILIZAÇÃO POPULAR

A aprovação desse projeto, entretanto, vai exigir um grande debate e mobilização da sociedade civil organizada. Até porque existem várias outras propostas, inclusive emendas constitucionais, que têm um sentido oposto, ou seja, tentam restringir ainda mais a representação popular nos parlamentos, através de vários dispositivos, como voto distrital — que transforma as eleições proporcionais em majoritárias —, do fim das coligações proporcionais, da cláusula de barreira e da constitucionalização da contribuição das empresas.

Em relação a esta última questão, está parado, há quase um ano, devido ao pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes, o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) do fim da contribuição das empresas nas campanhas eleitorais e que já conta com seis votos favoráveis, o suficiente para sua aprovação em um colegiado de 11 membros.

Ademais, episódio recente, ocorrido no último dia 3 de fevereiro, preocupa os defensores da reforma democrática. Naquela data, foi aprovada pelo plenário da Câmara, por iniciativa do presidente Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e do Colégio de Líderes, a admissibilidade da PEC 352/2013, atropelando a própria Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) da Casa, a quem caberia analisar e decidir a questão. Essa PEC contempla uma série de medidas na contramão das propostas defendidas pela Coalizão Democrática, expostas neste artigo, bem assim a decisão do STF sobre o fim do financiamento de campanhas por empresas, bloqueada por Gilmar Mendes.

Assim, coloca-se na ordem do dia, para todos aqueles que desejam partidos mais fortes, eleições menos influenciadas pelo poder econômico e um parlamento mais sintonizado com os legítimos anseios da sociedade, intensificar o trabalho iniciado pela Coalizão Democrática (www.reformapoliticademocratica.org.br), que elaborou uma cartilha explicativa sobre o projeto e vem realizando inúmeras atividades em todo o Brasil, procurando organizar o movimento nos mais diversos estados. A OAB, por sua vez, editou livro com um conjunto de artigos de renomados estudiosos do assunto, contribuindo com argumentos para o aprofundamento do debate. O momento é de divulgação da proposta e de coleta de pelo menos 1,5 milhão de assinaturas no abaixo-assinado em apoio ao projeto, que deverá ser entregue no primeiro semestre de 2015 em um grande ato em Brasília e poderá influenciar positivamente o Congresso, como aconteceu no episódio do projeto da Ficha Limpa.

(*) **LUÍS CARLOS PAES DE CASTRO** é Diretor de Relações Externas do Sinal

PS47_layout_v17.indd 25 2/12/15 3:56 PM

ENTREVISTA

Resistir para não perder

EM ENTREVISTA À POR SINAL, O ANALISTA POLÍTICO E DIRETOR DO DIAP, ANTÔNIO AUGUSTO QUEIROZ, MANDA UM RECADO PARA AS ENTIDADES SINDICAIS: É HORA DE SAIR DA ZONA DE CONFORTO E PRESSIONAR FORTEMENTE O GOVERNO E O CONGRESSO –Flavia Cavalcanti

■ Indagado sobre o perfil do novo Congresso que tomou posse no dia 2 de fevereiro, você disse que é o mais conservador desde a redemocratização. Que interesses, lobbies e bancadas estão mais fortes e quem perdeu nessas últimas eleições?

O novo Congresso pode ser classificado como conservador, do ponto de vista social, e liberal, do ponto de vista econômico. E não porque compreenda bem a doutrina liberal, mas em função dos financiamentos de campanha que se deram a partir de pessoas e de empresas com perfil liberal. Com certeza, os parlamentares vão cumprir a agenda que esses financiadores determinarem. E atrasado, do ponto de vista dos direitos humanos e da questão ambiental. Basta dizer que houve deslocamento de, aproximadamente, 70 parlamentares dos partidos de esquerda e centro-esquerda para os de centro e centro-direita, ainda que muitos componham a base do governo.

Essa circulação deslocou o perfil mais preocupado com direitos humanos, para um mais de natureza repressiva, por exemplo. Você tem um crescimento significativo da bancada da bala, da segurança, com policiais linha-dura, e apresentadores de programas, que, se espremer, sai sangue. Tem a eleição de uma bancada evangélica extremamente conservadora, que vai combater temas da pauta dos direitos humanos, como a questão do aborto, do casamento gay, o uso da maconha para fins medicinais. E o crescimento da bancada ruralista, indicando, portanto, que a questão ambiental vai ser problemática e a da reforma agrária, também.

E, finalmente, o que comprova isso é o fato de que houve uma redução da bancada sindical, que representa os trabalhadores, da bancada ambiental, que defende os direitos do meio ambiente, e da bancada dos direitos humanos.

■ Poderia ilustrar melhor esse esvaziamento dos setores mais progressistas?

Eu citaria quatro exemplos. Simbolicamente, não foram reeleitos o primeiro secretário dos Direitos Humanos do governo Lula, Nilmário Miranda; a ministra da Secretaria da Mulher, Iriny Lopes; Janete Pietá, defensora histórica dos direitos humanos; Domingos Dutra, que enfrentou o pastor Feliciano na Comissão dos Direitos Humanos. O fato é que houve redução significativa desse segmento, mais preocupado com as questões sociais, e crescimento dos setores favoráveis à economia de mercado, a medidas de natureza restritiva.

Do ponto de vista partidário, o PT também perdeu nomes importantes.

É verdade. O PT perdeu quantitativa e qualitativamente. Tanto na Câmara, como no Senado. E isso certamente terá reflexo no desempenho do segundo mandato da presidente da República. E cito apenas o exemplo do Senado. Enquanto o PT perdeu quadros, os partidos de oposição cresceram e ampliaram sua participação, do ponto de vista qualitativo. Você vai ter um ex-governador como o José Serra; o ex-governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia; o retorno do Tasso Jereissati; a reeleição do Álvaro Dias; a continuidade do Aloysio Nunes e do Aécio Neves, que são nomes de grande peso. E, lamentavelmente, o PT e a base do governo não têm nomes com essa estatura para fazer o contraponto. E aqueles parlamentares da base que tinham alguma possibilidade de fazer isso foram deslocados para os ministérios.

■ Com esse novo perfil, a situação do governo se complica muito, não?

O quadro do governo é muito complicado. De um lado, houve a pulverização partidária, e o governo terá de negociar com muito mais partidos. Houve redução no tamanho dos partidos grandes e crescimento dos pequenos e médios. E isso vai, certamente, dificultar a governabilidade, por essa dificuldade de compor com todos esses partidos que têm poder de veto em uma série de matérias. De outro, porque os partidos da base perderam qualitativamente.

■ Num regime presidencialista de coalizão como o nosso, que depende fundamentalmente do apoio do Congresso, como o governo vai conseguir governar?

Os governos de coalizão no sistema presidencialista utilizam geralmente três recursos de poder para garantir sua base unida. O primeiro é compartilhar a gestão, ou seja, distribuir cargos para os partidos integrantes da base. O segundo é alocar recursos do orçamento por convênio, por emenda. E o terceiro é negociar o conteúdo da política pública. Isso tem sido feito historicamente. O problema é que esses três recursos de poder não são mais suficientes. O governo precisa, além disso, dar atenção especial aos parlamentares, dar carinho. Se continuar com essas práticas de desrespeito para com os parlamentares, de não atendê-los em audiência, de não levá-los em comitiva quando visitam seus estados, certamente fará com que se amplie a hostilidade, dificultando enormemente a governabilidade.

PS47_layout_v17.indd 27 2/12/15 3:56 PM

Do ponto de vista dos servidores, os desafios estratégicos seriam, em primeiro lugar, garantir que haja uma política permanente de reposição do poder de compra dos salários. Não se pode permitir que estes sejam negociados em mesas, cuja decisão de negociar compete ao poder Executivo. Acho que a reposição tem de ser automática.

De um lado, por conta de todas as dificuldades já mencionadas, como a ampliação do número de partidos, a melhoria qualitativa da oposição. Mas, de outro, em função de o ambiente político requerer do governo uma série de medidas impopulares, antipáticas, e o Parlamento não está disposto a assumi-las se não tiver contrapartidas ou uma relação de parceria. Os parlamentares não vão aceitar que se coloquem de cima para baixo essas decisões. Por isso, o governo terá de mudar o perfil de relacionamento com o Congresso. Já indicou um ministro habilidoso para a Coordenação Política, com experiência, mas é preciso que a presidente Dilma lhe dê autonomia, de tal modo que ele possa fazer e cumprir acordos.

■ Diante de uma base de apoio tão pulverizada, é possível o governo articular apoios pontuais no Congresso com setores mais progressistas, em torno de propostas específicas? Mudar um pouco sua estratégia e negociar pontualmente?

Se o primeiro mandato foi um governo de disputa, este segundo será mais ainda. Apenas para dar um exemplo. São seis ministros da área econômica (incluindo o presidente do Banco Central), e, desses, apenas dois têm perfil mais à esquerda no espectro político. Todos os demais são identificados com orientação em bases neoliberais. Então, é preciso, por um lado, que a presidente dê a diretriz, defina linhas em sintonia com o que pregou nas urnas. De outro, que os movimentos sociais e os partidos progressistas pressionem fortemente o Congresso e o próprio governo no sentido de apoiar essas políticas públicas de interesse da coletividade. O governo, durante muito tempo, focou em políticas afirmativas, e, hoje, não são mais suficientes. Graças a essas políticas, foi possível inserir no mercado de consumo quase 40 milhões de pessoas. Mas essas pessoas não continuarão nessa condição se não houver políticas universais nas áreas de saúde, educação, segurança, por exemplo. E esse é um grande desafio. Pressupõe-se prioridades, alocar recursos. E como os recursos são escassos, vai haver muita disputa em torno disso.

■ Nesse ambiente, quais seriam as perspectivas reais de aprovação, em 2015, dos principais projetos de interesse dos trabalhadores, dos movimentos sociais, e, especificamente, do servidor público, que tramitam hoje no Congresso?

Vai depender muito da vontade política do governo, no sentido de se empenhar, exigindo da sua base o compromisso com aquilo que foi chancelado pelas urnas. Se o governo tomar uma postura de neutralidade, os movimentos sociais e os trabalhadores devem se preocupar enormemente, porque não haverá possibilidade de avanço, e sim um risco de retrocesso. Por exemplo, você tem uma agenda no Congresso no mundo do trabalho, vamos falar dos trabalhadores do setor privado, com oportunidades e ameaças. Entre as oportunidades, regulamentar a proibição da despedida imotivada, reduzir a jornada do trabalho para 40 horas semanais, para citar apenas duas. Já do ponto de vista das ameaças, existe o projeto de terceirização em bases precarizantes, o projeto de flexibilização de direitos. Enfim, sem o apoio efetivo do governo, é muito difícil se avançar na agenda positiva, e há risco real de que a agenda negativa seja implementada.

O mesmo raciocínio vale para os servidores públicos. Poderia citar como oportunidades a PEC 555/06, que extingue, de forma gradual, a contribuição dos aposentados e pensionistas do serviço público; a própria regulamentação da Convenção 151 da OIT. Do ponto de vista das ameaças, existe a aprovação do PLP 248/98, que trata da dispensa por insuficiência de desempenho; a regulamentação do direito de greve em bases restritivas, para citar algumas.

PS47_layout_v17.indd 28 2/12/15 3:56 PM

■ Alguns consultores do Sinal têm informações de que é forte dentro do governo a tendência a não se avançar na regulamentação da Convenção da OIT, no dissídio coletivo e no reajuste anual do servidor público. Há entendimentos com o Judiciário de se trabalhar com um cenário de dificuldades financeiras, onde não há lugar para a manutenção do poder de compra do salário do servidor.

Do ponto de vista dos servidores, os desafios estratégicos seriam: em primeiro lugar, garantir que haja uma política permanente de reposição do poder de compra dos salários. Não se pode permitir que estes sejam negociados em mesas, cuja decisão de negociar compete ao poder Executivo. Acho que a reposição tem de ser automática. Essa mesa deveria se destinar à melhoria das condições de trabalho, ao aumento real de salário, à reestruturação de carreiras. A reposição estaria fora.

Em segundo lugar, estabelecer uma sistemática de uniformização do tratamento dado aos benefícios sociais dos servidores dos poderes Judiciário e Legislativo, com os servidores do Poder Executivo. O tíquete-alimentação dos servidores do Executivo, por exemplo, é menos da metade do valor pago pelos poderes Legislativo e Judiciário. A diária não tem comparação. O mesmo para o auxílio-creche, transporte. Enfim, todos esses benefícios teriam de passar por uma régua de isonomia, de tal modo que pudesse ter tratamento igual para os três poderes. E, por fim, trabalhar, urgentemente, junto ao Congresso, a regulamentação da Convenção 151, de modo que essa mesa de negociação tivesse caráter permanente, e um interlocutor previamente definido para tratar da melhoria das condições de trabalho, do aumento real, da saúde do trabalhador. Com isso, uma prova de que o aumento real estaria garantido.

Eu antecipo uma opinião. Nos próximos dois anos, o governo vai se pautar muito pela restrição fiscal. Dificilmente fará concessões de natureza financeira para os servidores. Exceto, e isso decorrerá de pressão, a atualização, sem recuo ao passado, desses benefícios sociais, porque a disparidade é absurda. E pode, eventualmente, avançar na licença classista. Seria uma forma de atender a uma reivindicação dos servidores. Mas, sinceramente, acho que as perspectivas, do ponto de vista da recomposição salarial, seriam mais viáveis com uma pressão via Judiciário, exigindo que o STF torne obrigatória a aplicação da Lei 10.331, de 2001, que assegura a reposição, a revisão geral anual. Essa lei vem sendo descumprida e o Supremo pode determinar seu cumprimento. Acho que esse é um caminho interessante para ser perseguido.

■ Qual o poder de fogo das entidades sindicais nesse momento? Que capacidade real de pressão e mobilização elas têm?

Só vejo chances de se avançar em alguma dessas agendas se houver unidade de ação das entidades sindicais. Elas têm de sair da situação de conforto anterior e pressionar fortemente o governo. E são fortes as razões para isso, porque o dinheiro, ou vai para salário, ou para juros. Não há muita alternativa, no caso do governo. São as entidades sindicais que precisam pressionar o Congresso, hoje com uma conformação mais conservadora, num ambiente de restrição fiscal. Até o ano passado, estivemos numa situação confortável, a ponto de o governo ter margem para fazer exonerações de vários setores de atividade econômica. Essa margem se exauriu. Se naquela situação mais favorável os servidores tinham de brigar para conseguir migalhas, imagine agora. Terão de duplicar, quintuplicar, esse empenho, no sentido de pressionar, e é absolutamente legítimo que o façam. Até porque, durante a campanha eleitoral, a presidente se comprometeu em não suprimir direitos e valorizar os assalariados de modo geral e os servidores públicos, em particular.

■ Como você entendeu a montagem do novo ministério de Dilma, acolhendo interesses tão contraditórios?

O governo tinha três objetivos estratégicos. Primeiro, fazer um gesto para tranquilizar o mercado, desfazer aquela percepção de que se trata de um governo anticapitalista, anti-iniciativa privada, antilucro. E entregou os principais cargos da área econômica a pessoas identificadas com esse ideário de mercado. Segundo, fazer uma composição que agradasse ao Congresso para garantir uma base de sustentação. Os ministérios foram distribuídos levando-se em conta o peso dos partidos políticos. Terceiro, a indicação de alguns ministros na Presidência da República, próximos à presidente, com perfis mais à esquerda do ponto de vista político, e ligações com os movimentos sociais.

■ Há uma disputa pesada dentro do governo e por enquanto não se sabe quem vai levar. Para alguns, o ajuste seria, então, conjuntural?

Exatamente. A presidente tem de ter absoluta clareza, definir diretrizes para seus ministérios, de tal modo que ajuste as contas públicas nessa conjuntura. Uma vez ajustadas, cumpra a sua função histórica, que é proteger os menos favorecidos, incentivar

PS47_layout_v17.indd 29 2/12/15 3:56 PM

o crescimento econômico, dar condições melhores para a produção e os trabalhadores. E não fazer dessa orientação neoliberal, que neste primeiro momento é uma necessidade para acalmar o mercado, uma diretriz de governo. Se acontecer isso, o governo com certeza não dará certo.

■ Economistas tradicionalmente alinhados com o governo Dilma têm manifestado certo ceticismo em relação aos impactos das medidas restritivas anunciadas pelo ministro Joaquim Levy. Avaliam que os ajustes, da forma que estão sendo feitos, só vão intensificar a estagnação econômica e postergar a retomada do crescimento. Qual é a sua avaliação?

Na verdade, o governo precisa reconquistar a confiança do mercado para que os investimentos voltem. Nesse sentido, ele tem de organizar as finanças públicas. Caso não tomasse medidas de correção de rota, se chegaria a um nível de desorganização importante, já que está havendo perda de receita e ausência de investimento. Por conta de uma crise internacional, mas também por erros do governo. O que o mercado espera? Previsibilidade. E o mercado acha que o governo não assegura essa condição para investimento. Existiam, por exemplo, contratos na área de concessão em que o governo fixava margem de retorno. Isso é um "rompimento de contrato", e por isso muitos deixaram de investir.

O governo, então, está revendo esse processo. Só que, para restabelecer a confiança no mercado, foi obrigado a fazer concessões que, em outra situação mais favorável, não seriam tão grandes, como essas agora de redução dos benefícios sociais. Ele não eliminou direitos. A pensão continua existindo, por exemplo, mas quase na metade do valor que tinha antes. E o montante disso é significativo. Se a mudança for implementada nos termos em que foi apresentada, são R$ 18 bilhões de economia, o que representa 20% da meta do superávit. Junto, vem o aumento de tributos, o corte de despesas, etc.

E teve de abrir mão, um pouco, da sua autonomia, indicando pessoas que defendem um ponto de vista que o governo não defendeu nas urnas. Como o de reduzir direitos trabalhistas, quando na campanha prometeu não reduzi-los. É claro que o fundamento que o governo utiliza é de que não está reduzindo direitos, está combatendo fraudes, fechando brechas para as irregularidades. Mas não é isso! Eu vou dar aqui um exemplo, com a questão do abono salarial do PIS. A Constituição é clara, não existe dúvida. É devido um salário mínimo a quem teve carteira assinada e ganhava até dois mínimos no ano anterior. Ou seja, quem esteve empregado nesse ano. O governo vai lá e diz: "Bom, isso será proporcional ao tipo de carteira assinada." Com isso, ele está quebrando o piso do salário mínimo como referência. E quando quebra isso, quebra também para a Previdência, porque a Previdência e a Assistência Social têm como piso o salário mínimo. Então isso é um precedente gravíssimo, é inconstitucional. Quer mexer na Previdência? Legítimo. Mas faça por projeto de lei e não por medida provisória. Agora, também, seja coerente com aquilo que foi pregado nas urnas. Combater abusos, irregularidades, excessos, todo mundo aplaude. Mas não foi feito só isso. Foi muito mais.

■ O ministro Rossetto se mexeu, buscando uma negociação.

Primeiro, o ministro Rossetto está cumprindo o papel dele: fazer a interlocução com os movimentos sociais e dizer que está aberto à negociação. Mas até agora não há nenhuma determinação no sentido de se reverem as medidas naquilo que reduz os direitos. Segunda coisa, eu digo aqui para vocês com segurança absoluta, vai ser aprovada a regulamentação da terceirização. Se ela se dará em bases precarizantes ou não, vai depender da pressão dos movimentos sociais. Porque a base do Congresso é favorável à precarização, e há setores do governo que a defendem. Uma outra medida que tenho certeza que também vai ser aprovada é a criação do Acordo Coletivo por Empresa (ACE), que permite às empresas em momento de dificuldades fazerem acordos em que a legislação não se aplique.

■ E para o servidor público? O que vem por aí?

É preciso montar uma estratégia para enfrentar os próximos dois anos, que certamente serão difíceis para os servidores. Há na Casa Civil, na Presidência da República, um decreto pronto, que vai escancarar a terceirização no serviço público. Só vão ser preservadas as atividades finalísticas, como no caso do Banco Central. Mas nas áreas de meio ambiente, saúde, educação e comunicação, a proposta prevê a terceirização de tudo. O decreto está pronto e vai ser baixado antes de ser aprovado no Congresso o Projeto de Lei Complementar 92, que cria as tais das fundações públicas.

Mais uma informação. O projeto de lei que trata da despensa por insuficiência no serviço público corre sério risco de ser aprovado. E, se for, a presidente terá dificuldades em vetá-lo. Há

PS47_layout_v17.indd 30 2/12/15 3:56 PM

muita pressão dos prefeitos, governadores, do próprio governo federal, na medida em que, na administração pública, hoje, as carreiras estratégicas estão sendo remuneradas sob forma de subsídio. Com isso, o governo não tem como exigir metas e, portanto, não tem como punir o não cumprimento dessas metas.

■ Só uma informação. No Banco Central, tirando as atividades fins, a situação hoje é meio a meio. Nas áreas de tecnologia de informação, de informática, têm muitos serviços terceirizados. Aliás, a própria distinção entre atividade fim e atividade meio já, é, em si, uma coisa completamente antitrabalhador, não?

Exatamente. A terceirização, ou a privatização da perícia médica, que estava proibida, veio agora na MP 664. Primeira sinalização. Se o Banco Central já tem a metade, vai ter um pouquinho mais. Em todas as áreas, a parcimônia com que serão realizados concursos públicos vai ser grande. Especialmente nesses dois primeiros anos de ajustes.

■ A valorização do salário mínimo foi um dos instrumentos, talvez o mais importante, de transferência de renda dos governos Lula e Dilma. Os critérios de indexação adotados até agora vão ser mexidos? Fala-se no critério de rentabilidade da indústria.

Não. E por uma única razão: não vai ter aumento real efetivo do salário mínimo. Como você tem de levar em conta o comportamento do PIB nos dois últimos anos, e está caindo, não se espera aumento, pelo menos nos próximos anos. Os critérios atuais só serão mantidos nessa conjuntura porque não trazem impacto. De qualquer maneira, isso é uma conquista importante, porque lá na frente, quando o país voltar a crescer, há garantias de que o salário mínimo voltará a ter aumento real.

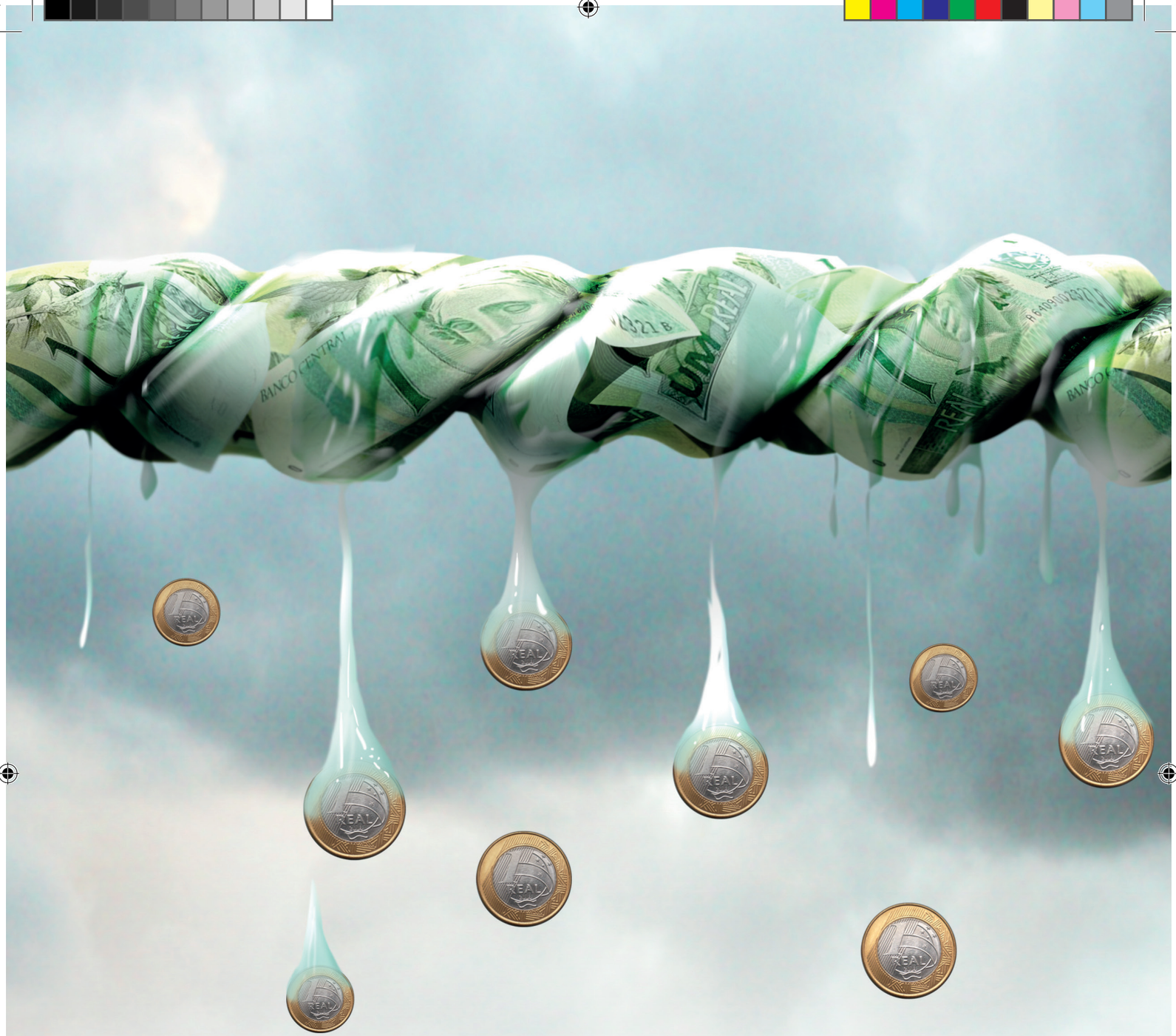
■ As manifestações de outubro deixaram claro que a população está mais interessada na qualidade dos serviços públicos. Conseguir recursos para garantir essa qualidade não é nada fácil, especialmente nesse momento de ajustes e sabendo que estes investimentos são caros. O que pode ser feito?

As manifestações foram absolutamente claras. Mais Estado, mais serviço público em quantidade e qualidade. Era isso que estava sendo pedido. Como foram convocadas pelas redes sociais, sem lideranças estabelecidas que pudessem, depois, sistematizar essas reivindicações e promover um processo de diálogo, de cobrança

do governo, elas não se materializaram. Isso criou um clima de frustração e descrédito na população, e fez com que o cidadão se identificasse com aqueles que defendiam o "basta", contra tudo que está aí.

Mas há alguns avanços. É importante registrar que uma pauta pendente no Congresso conseguiu sensibilizar os parlamentares. Foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece uma responsabilidade do governo de gastar 10% do PIB com a educação, pelos próximos dez anos. Na área da saúde, já há sinais de que parte dos recursos também virá do pré-sal, ampliando a participação. Temos a aprovação de emenda constitucional que estendeu às domésticas os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Houve também a aprovação da PEC que tratava da expropriação de propriedades urbanas e rurais onde fosse constatada a existência de trabalho escravo. Enfim, foram vitórias parciais. A questão agora é que, se não houver pressão, isso nem sequer será cumprido.

PS47_layout_v17.indd 31 2/12/15 3:57 PM



Falta dinheiro na praça: troco sumiu

PS47_layout_v17.indd 32 2/12/15 3:57 PM

AJUSTE FISCAL DO BC

REDUÇÃO DAS ENCOMENDAS À CASA DA MOEDA FAZ PARTE DO PACOTE DE CORTES ADOTADO PELO BANCO CENTRAL NO ANO PASSADO PARA COLABORAR COM O AJUSTE FISCAL DO GOVERNO. O TAMANHO DO CORTE PARA 2015, PORÉM, AINDA NÃO FOI DEFINIDO. O BC AGUARDA ORIENTAÇÃO DO NOVO MINISTRO DA FAZENDA, JOAQUIM LEVY

PS47_layout_v17.indd 33 2/12/15 3:57 PM

AJUSTE FISCAL DO BC

Em maio do ano passado, o Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa de ônibus do Paraná a indenizar um trocador em R$ 5 mil por danos morais. O motivo está no dia a dia do brasileiro: por falta de troco, ele foi chamado de "ladrão" e "vagabundo" pelos usuários. Foi um dos casos mais graves ocorridos em um cenário que combina o descaso de uma concessionária de serviço público ao agravamento da falta de moedas e cédulas de pequeno valor em circulação na economia brasileira. O troco sumiu do comércio e da rede bancária. É um problema cíclico, provocado pelo hábito da população em guardar as moedas no cofrinho, agravado pelo corte de despesas do Banco Central na produção de dinheiro.

O orçamento da autoridade monetária com custeio administrativo e despesas foi enxugado em 28%, para ajudar o governo a cumprir as metas fiscais. Este ano, com a expectativa de aperto da política de ajuste fiscal, o BC ainda aguarda uma decisão do novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para saber se vai cortar na carne, em geral, e na aquisição de numerário, em particular. Quase 80% dos brasileiros já utilizam meios eletrônicos de pagamento, mas a circulação de dinheiro na economia também aumentou. No início do Plano Real, o total de notas em poder do público correspondia a apenas 0,8% do PIB. Hoje, chega a 3,7%.

Apesar de problemas pontuais, a escassez de moeda não chegou a afetar a maior parte da população. Entidades, como a Procuradoria de Defesa do Consumidor de São Paulo (Procon-SP) e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), não registraram casos relevantes, nem aumento das estatísticas. A falta de moedas para troco no comércio representa desrespeito ao Código de Defesa do Consumidor (CDC), mas há muito tempo a população se acostumou a dar um jeitinho. O mais comum é a bala no lugar do troco. O comprador não é obrigado a aceitar, mas quase sempre opta pela solução. Os órgãos de defesa do consumidor costumam alertar que o que não pode é o preço ser arredondado para mais, para que o comerciante não dê troco. Nos Estados Unidos, a alternativa pode terminar na Justiça. Em 2011, uma aposentada do estado da Pensilvânia ganhou uma causa contra a rede Wal Mart por causa de US$ 0,02. Ela pagou no caixa US$ 1 por um pacote de salsichas, que era oferecido a US$ 98 nas prateleiras. Da primeira vez, aceitou o reembolso, mas diante da insistência da loja no erro, procurou um advogado. O tribunal acatou a queixa e decidiu que a rede deveria indenizá-la em US$ 100.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) diz que a preocupação com a falta de moedas e cédulas de pequeno valor em circulação é permanente. Segundo a entidade, o estoque de moedas existente no mercado corresponde a cem unidades para cada habitante. O número equivale à média internacional, mas esbarra por aqui no hábito de guardar moedas, um costume que passa de pai para filho, e acaba provocando restrições na circulação. "É importante que as pessoas se sensibilizem sobre o valor que as moedas têm. Elas precisam circular no mercado, porque isso, além de facilitar o troco do comércio, reduz as despesas do governo com novas emissões de moeda", diz nota da Febraban. De acordo com o Banco Central, de cada dez moedas em circulação, só seis são usadas no dia a dia. Quatro ficam guardadas. Há 112 moedas por brasileiro — ou R$ 28 —, porém, a maioria só carrega entre R$ 2 e R$ 3. Uma pesquisa do BC aponta os valores que os consumidores sentem falta na hora de pagar uma conta: 52% se queixam da falta de cédulas de R$ 1. Para 40%, o problema é a falta de moedas de R$ 0,50. Outros 32% sentem falta das moedas de R$ 0,25.

COM A TESOURA NA MÃO

A dotação do Banco Central para a aquisição de numerário até setembro do ano passado era de R$ 237.299.917,67, mas o realizado só atingiu R$ 201.255.284,60. O orçamento do ano anterior para a produção de cédulas e cunhagem de moeda fora de R$ 1,2 bilhão. A encomenda de moedas foi cortada em dois terços, na comparação com os 2,3 bilhões de unidades produzidas em 2013. O Banco pôs em circulação outros 690 milhões de novas unidades, que estavam guardadas de reserva. A Casa

PS47_layout_v17.indd 34 2/12/15 3:57 PM

da Moeda do Brasil imprimiu 1,2 bilhão de cédulas no ano passado, contra 3,15 bilhões confeccionadas no ano retrasado. Em 2012, foram impressos 2,8 bilhões de cédulas e produzidos 1,2 bilhão de moedas. A redução das encomendas à Casa da Moeda do Brasil faz parte do pacote de cortes adotado pelo BC para colaborar com o ajuste fiscal do governo.

No começo do ano passado, o governo federal anunciou um corte de R$ 44 bilhões, maior do que o esperado pelo mercado, pouco mais de R$ 30 bilhões. A meta de superávit primário para o setor público — governo federal, Banco Central e Previdência Social, estados, municípios e estatais — também foi revista para 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a R$ 99 bilhões. Na Lei Orçamentária, antes das alterações anunciadas, a previsão era um resultado positivo de R$ 109,4 bilhões, ou 2,1% do PIB. Em novembro, o governo reviu a meta de superávit primário, que são os recursos para pagar os juros da dívida pública, para R$ 10,1 bilhões. Desde 2013, o Banco Central tenta se ajustar à economia do setor público. A meta, de acordo com a reportagem publicada na revista **Por Sinal**, de dezembro de 2013, era economizar R$ 47,1 milhões.

A primeira medida do presidente Alexandre Tombini, publicada no dia 12 de agosto de 2013, vedava gastos com passagens e diárias. Depois, viria um pacote de cortes atingindo até mesmo a fiscalização das instituições financeiras, obras do Banco e a área jurídica. A redução de gastos se tornou pior, porque o BC já trabalha com um orçamento austero. Para cumprir as determinações, a diretoria colegiada da instituição baixou um pacote com 14 medidas: da suspensão de viagens à redução de 25% na prestação de serviços de transportes em Brasília, passando pela diminuição do número de celulares institucionais. Um pedido de informações encaminhado pelo Sinal ao Banco Central obteve algumas estimativas de redução de gastos para cada item do pacote. A economia prevista com a suspensão de viagens a serviço, por exemplo, seria de R$ 1.100.000. Outros R$ 86.444,69 seriam economizados com a redução do número de aparelhos celulares institucionais e a redução dos serviços de dados 3G (via modem portátil).

“É importante que as pessoas se sensibilizem sobre o valor que as moedas têm. Elas precisam circular no mercado, porque isso, além de facilitar o troco do comércio, reduz as despesas do governo com novas emissões de moeda.

NOTA DA FEBRABAN

O corte foi mantido no ano passado, ao menos para a produção de dinheiro novo. A economia afeta a substituição de notas desgastadas e danificadas. Em média, a vida útil das cédulas de pequeno valor, que circulam mais, é de um ano. As notas de R$ 2 e R$ 5, da segunda família do real, só começaram a circular em 2013. As cédulas, que têm projeto desenvolvido pelo Banco Central em conjunto com a Casa da Moeda do Brasil, são produzidas com novos equipamentos e insumos, que permitem uma impressão de qualidade superior, desenhos mais complexos e recursos gráficos. Além de uma camada de verniz para aumentar a vida útil, elas ganharam novos elementos antifalsificação.

PS47_layout_v17.indd 35 2/12/15 3:57 PM

O atraso na reposição das notas impacta no controle de falsificação do dinheiro, porque as cédulas antigas não têm mecanismos de controle encontrados nas novas. Desde a estabilização da moeda, com o Plano Real, a Polícia Federal tem registrado aumento na circulação de notas falsificadas. O crescimento médio é de 30%. O maior alvo são as notas de R$ 50, que respondem por 70% das falsificações. Depois vêm as notas de R$ 10, com o equivalente a 15%. A troca de cédulas velhas por novas com marcas d'água e outros registros de segurança é importante no combate às fraudes.

SOLUÇÕES CRIATIVAS

A falta de moedas estimulou a criatividade do comércio. Algumas lojas do litoral de São Paulo passaram a exibir cartazes oferecendo brindes ao cliente que pagasse as compras com moedas. Em Minas Gerais, o comércio se socorreu, como sempre, das reservas das igrejas para trocar notas de R$ 100 ou R$ 50 por cédulas de R$ 5 ou moedas de R$ 1 e R$ 0,50. Em Manaus, a Comissão de Defesa do Consumidor (Comdec) da Câmara Municipal, a Associação Comercial do Amazonas (ACA-AM) e o Sindicato dos Lotéricos lideraram uma campanha de conscientização para incentivar a população a liberar as moedas dos cofres e trocá-las pelas cédulas de papel, por causa da dificuldade no cumprimento da Lei do Troco, sancionada em 2013, obrigando a devolução correta e em espécie do troco na capital. No Rio de Janeiro, os lojistas de um shopping popular foram estimulados a arredondar o valor dos produtos em benefício do cliente toda a vez que falta troco nos caixas.

A escassez estimulou, ainda, a criação de soluções inteligentes. O Piggo oferece troco virtual em vez de moedas. A plataforma junta as palavras "pig" e "go" do inglês porquinho de viagem. A ideia é incentivar o consumidor a poupar até a moeda de R$ 0,01, que costuma deixar para trás. O comprador que aceita receber o troco pelo sistema recebe um código para acessar a internet, se cadastrar e movimentar o dinheiro virtual, que pode variar de R$ 0,01 a R$ 50,00. O modelo leva o comprador a acumular troco até somar R$ 100. Não há custo de manutenção da conta e nas movimentações. O cliente só paga uma taxa de R$ 3 se fizer transferência para uma conta bancária abaixo de R$ 100. O sistema opera em Maceió, capital de Alagoas.

Já o CataMoeda surgiu em Florianópolis, capital de Santa Catarina, mas já chegou ao Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Goiás e Minas Gerais. O sistema permite que se troquem moedas por notas, cupons ou doações a instituições de caridade. A operação também não tem custo para o consumidor. A ideia copiada do Coinstar, que nos Estados Unidos troca moedas por créditos no iTunes, o reprodutor de áudio e vídeo da Apple, é estimular a circulação de moedas, fazendo com que o brasileiro troque as que guarda em casa em uma das máquinas instaladas em lojas conveniadas por um bônus que pode ser usado na compra de produtos. O comerciante paga aluguel de R$ 490 a R$ 750 por mês para ter a máquina e pela manutenção e atualização de softwares.

PS47_layout_v17.indd 36 2/12/15 3:57 PM

Mais de 5 mil vidas seguradas, inclusive com cobertura por invalidez acidental estendida ao cônjuge. E tudo isso com prêmios a partir de **R$ 16,07 mensais**. Aproveite!

Instituto Fenasbac | Seguros | Consórcios | Crédito Pessoal

facebook.com/fenasbac
www.fenasbac.com.br
0800-646-1055

Fenasbac
Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central

Por um BC mais atuante na Região Norte

PS47_layout_v17.indd 38 2/12/15 3:57 PM

A ESCOLHA DE MANAUS FOI ESTRATÉGICA. O SINAL LUTA PELA INSTALAÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO LOCAL NA CIDADE, COMO PARTE DE UMA POLÍTICA MAIS AMPLA DE VALORIZAÇÃO DAS REGIONAIS.

Um Banco Central mais perto da população, com presença expressiva no território nacional, é importantíssimo para garantir desenvolvimento econômico com inclusão social. Esta ideia, defendida há bastante tempo pelo Sinal, foi a grande inspiração da 25ª Assembleia Nacional Deliberativa (AND) realizada em Manaus. Foi a primeira AND a abrir com um evento explícito - "Pela Criação de uma Regional do Banco Central no Estado do Amazonas" - em audiência pública na Assembleia Legislativa, ocorrida no dia 3 de novembro.

A escolha de Manaus, aliás, foi estratégica. O Sinal luta pela instalação de uma representação local na cidade como parte de uma política mais ampla de valorização das regionais do Banco Central. Com mais de 2 milhões de habitantes, Manaus tem o 6° maior PIB entre as capitais brasileiras e há muito merece uma atenção maior da autoridade monetária.

Ainda assim, a omissão do Banco Central no estado vem causando prejuízos à população e à economia local. A falta de troco é só o primeiro de uma longa lista de problemas *(ver matéria na página 32)*. O atendimento às cooperativas de crédito e ao consumidor bancário, longe de ser o adequado, demonstra a inexistência de ações voltadas para a inclusão bancária. Empresários do Polo Industrial de Manaus também fazem suas queixas já que frequentemente precisam viajar a Brasília para resolver problemas operacionais junto aos bancos.

A LUTA CONTINUA

A 25ª AND discutiu estas questões com profundidade. Contou inclusive com a participação do deputado Edmilson Rodrigues, ex-prefeito de Belém. O parlamentar esteve presente na AND representando a Frente Parlamentar em Defesa do Banco Central da Amazônia, da Assembleia Legislativa do Pará.

Foi o primeiro evento de uma série que serão agendados em prol do fortalecimento das regionais do BC na região Norte. O tema continuará a ser debatido em Brasília, segundo informou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela vai solicitar audiência com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para discutir o fortalecimento da autarquia na região Norte, incluindo a abertura de uma representação em Manaus.

Com a realização destes eventos, o Sinal reafirma seu papel de vanguarda junto às carreiras de Estado. A entidade entende que a região Norte, por sua importância estratégica, deveria ter pelo menos duas regionais: além de Belém, mais uma em Manaus.

É fundamental, na visão do Sinal, que tenhamos regionais do BC com capacidade de pensar as regiões, a defesa do financiamento regional e a inclusão social.

PS47_layout_v17.indd 39 2/12/15 3:57 PM

CENTRUS

Novo Plano de Benefícios da Centrus

Como estão seus planos para a aposentadoria?

A aposentadoria é uma **fase muito importante da vida**, mas maioria das pessoas deixa para pensar no assunto somente ao se aproximar dela, quando poderá ser difícil viabilizar projetos de vida que dependam de **suporte financeiro**, pois requer tempo para acumular o montante necessário.

Muitos se esquecem que **deixarão de receber** parte importante da renda na aposentadoria, por exemplo a função comissionada. Além disso, as novas regras do RPPS para o servidor público estabeleceram teto para pagamento do benefício, podendo ser necessário complemento para realizar seus objetivos.

Por esse motivo, é imprescindível **planejar a sua aposentadoria** o quanto antes!

Opções de complemento para a sua aposentadoria

Existem diversas formas acumulação de recursos para essa fase da vida: investimentos em imóveis, renda fixa, poupança, ações...

Como previdência, tem a Funpresp, que oferece plano de aposentadoria complementar aos servidores federais.

Você também pode contar com o **Plano de Contribuição Definida - PCD,** que é o plano oferecido pela Centrus **exclusivamente aos servidores do Banco Central**.

Vantagens de participar do PCD

- **Contar com a solidez e a tradição da Centrus**
- **Opção de diversificação de investimentos**
- **Maior segurança e controle sobre o valor investido possibilitando planejar melhor o seu futuro**
- **Administração dos investimentos realizada por profissionais especializados**
- **Encargos de administração competitivos**
- **Proteção familiar, com a contratação facultativa de seguro para cobertura adicional por morte ou invalidez**
- **Possibilidade de portar recursos de PGBL ou de outro plano de aposentadoria**
- **Incentivo fiscal com dedução do valor das contribuições da base de cálculo do Imposto de Renda**

Acesse www.centrus.org.br para saber mais:

- **Material Explicativo e Regulamento do Plano**
- **Vídeos sobre o Plano, educação financeira e previdenciária e regimes de tributação**
- **FAQ e simulador de benefícios**

Utilize nossos Canais de Atendimento:

- **0800 704 04 94 / (61) 2192-1414 - *E-mail:* pcd@centrus.org.br**

Ou faça-nos uma visita:

- ***Ed. Corporate Financial Center - SCN - Quadra 2 - Bloco A - 8º andar***

PS47_layout_v17.indd 40 2/12/15 3:57 PM

Visite o Portal Sinal

www.sinal.org.br

PS47_layout_v17.indd 3 2/12/15 3:57 PM

SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

PS47_layout_v17.indd 4 2/12/15 3:57 PM